

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

**DIREITO DA RELIGIÃO:
A PROTECÇÃO DAS MINORIAS
RELIGIOSAS**

Cláudia Priscila Alves Pratas

*Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Direito Público
sob a orientação do Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia*

JULHO, 2013

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

**DIREITO DA RELIGIÃO:
A PROTECÇÃO DAS MINORIAS
RELIGIOSAS**

Cláudia Priscila Alves Pratas

JULHO, 2013

Ao meu pai...

O espaço limitado da secção de agradecimentos não me permite agradecer, como deveria, a todas as pessoas que me acompanharam durante o Mestrado em Direito Público e, em especial, durante o processo de elaboração desta dissertação. Desta forma, deixo umas pequenas palavras de profundo e sentido agradecimento.

Ao Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, pela orientação deste trabalho e preciosa inspiração.

À Aliança Evangélica Portuguesa, na pessoa do Pastor Jorge Humberto, pelos sábios conselhos e disponibilidade.

À Assembleia de Deus de Santarém, pelo carinho e confiança depositados em mim.

À minha Família, em especial à minha mãe, irmão, cunhada, avós e tias, um gigante obrigada pelo vosso amor e segurança que me deram durante este processo, pelo carinho, por me ouvirem lamentar durante horas e por acreditarem em mim.

Aos meus amigos scalabitanos, açoreanos, alentejanos e nortenhos, muito obrigada pela vossa amizade e dedicação. Um especial agradecimento aos Amigos da Assembleia de Deus de Santarém pela vossa amizade, companheirismo, palavras doces e por me perguntarem todos os dias “Então é a tese?”.

Aos colegas da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, obrigada pelo apoio e partilha de momentos de pânico colectivo.

A Deus, obrigada por tudo.

Resumo

A presente dissertação destaca o papel religioso e social das minorias religiosas, fundadas no Cristianismo, na sociedade portuguesa, onde a larga maioria dos fiéis confessa a fé católica. Serve a mesma para desmistificar o preconceito generalizado em relação às minorias religiosas e clarificar a sua posição no fenómeno religioso em Portugal.

Pretendemos definir o conceito de religião, esquecido pelo legislador, enquadrando-o na história constitucional portuguesa, o que nos permite avaliar as relações Estado/Igreja Católica e Estado/minorias religiosas desde o Liberalismo. Procura-se avaliar de que modo o ordenamento jurídico acolhe o fenómeno religioso e como lida com a diversidade religiosa, conforme o princípio da liberdade religiosa postulado na Constituição da Republica Portuguesa.

É também nosso desígnio relacionar os conceitos de seita e minoria religiosa, que tendenciosamente são colocados no mesmo saco, à mercê de estereótipos desacertados com a realidade. A fim de compreendermos a dinâmica subjacente às minorias, tomamos o exemplo da Aliança Evangélica Portuguesa, a qual acompanhámos de perto ao longo de toda a investigação.

Daremos ainda espaço a uma pequena análise da discriminação estatal e social sentida pelas minorias religiosas.

Com o trabalho em questão podemos concluir, na generalidade, que Portugal, apesar da sua fraca diversidade religiosa, avança no bom caminho da liberdade religiosa. O Estado português tem feito um esforço notável no sentido de cooperar com as igrejas, esforço esse que deverá ser continuado de forma a colmatar algumas lacunas encontradas, nomeadamente na ausência de legislação atinente à penalização da discriminação religiosa e competência da Comissão da Liberdade Religiosa em caso de queixa. Comprovamos, de igual modo, que existe, ainda, uma atenção especial à Igreja Católica na composição da Comissão da Liberdade Religiosa e da Comissão do Tempo de Emissão das Confissões Religiosas.

Demonstramos, por fim, que a sociedade é a maior fonte de discriminação contra as minorias.

Palavras-chave

Minorias Religiosas, Liberdade Religiosa, Igualdade Religiosa, Discriminação Religiosa

Abstract

This dissertation stands out the religious and social role of Christian religious minorities in Portuguese society, where the vast majority of the believers profess the Catholic faith. This work serves to demystify the widespread prejudice against minorities and clarify its place in the religious phenomenon in Portugal.

We intend to define the concept of Religion, missing in the Portuguese legislation, framing it in Portuguese constitutional history, which allows us to evaluate the relations State/Catholic Church and State/religious minorities, since Liberalism. We attempt to measure how the legal system accepts the religious phenomenon and how to deal with religious diversity, according to the principle of religious freedom postulated in the Constitution of the Portuguese Republic.

It is also our intention to relate the concepts of sect and religious minority, which tendentiously are misunderstood. In order to understand the underlying dynamics of religious minorities, we take the example of the Portuguese Evangelical Alliance, which we monitored closely throughout the investigation.

We will give some space for a small analysis of the state and social discrimination experienced by the minorities.

With this work we can conclude in general that Portugal, despite its weak religious diversity, has a good advance on the religious freedom. The Portuguese State has made a remarkable effort to cooperate with the churches, an effort that must be continued in order to fill some gaps found, particularly in the absence of legislation regarding the criminalization of religious discrimination and competence of the Committee on Religious Freedom in case of a possible complaint. We prove similarly that there is also a special attention to the Catholic Church in the composition of the Committee on Religious Freedom and the Committee Broadcast Time of Religious Confessions.

In the end, we prove that the society is the major source of discrimination against minorities.

Keywords

Religious Minorities, Freedom of Religion, Religious Equality, Religious Discrimination

ÍNDICE GERAL

Abreviaturas.....	15
-------------------	----

INTRODUÇÃO.....	17
------------------------	-----------

Apresentação e delimitação do tema.....	18
---	----

CAPÍTULO I

Religião e Igreja.....	21
-------------------------------	-----------

1.1. Uma Definição de Religião.....	21
-------------------------------------	----

1.2. O Papel da Religião num Estado Democrático e laico.....	23
--	----

1.2.1. A Evolução Histórica entre o Estado e a Igreja: da Carta Constitucional de 1822 à Constituição da República Portuguesa de 1976.....	24
---	----

1.2.1.1. A Consagração da Liberdade Religiosa na Constituição da República.....	27
--	----

1.3. A Religião e o Direito Interno Português.....	30
--	----

1.3.1. A Lei da Liberdade Religiosa.....	30
--	----

1.3.1.1. Princípios Basilares.....	30
------------------------------------	----

1.3.2. A Comissão da Liberdade Religiosa.....	36
---	----

1.3.3. A Comissão do Tempo de Emissão das Confissões Religiosas.....	39
--	----

1.3.4. A Igreja Católica: da Concordata de 1940 à Concordata de 2004.....	40
---	----

CAPÍTULO II

Seitas e Minorias Religiosas.....	45
--	-----------

2.1. A Igreja.....	45
--------------------	----

2.2. Definição de Seita Religiosa.....	47
--	----

2.3. Caracterização das Seitas Religiosas.....	48
--	----

2.4. Exemplos de Seitas.....	50
------------------------------	----

2.5. Minorias Religiosas.....	51
-------------------------------	----

CAPÍTULO III

Minorias Religiosas.....	55
---------------------------------	-----------

3.1. Estudo do Meio Religioso Minoritário Cristão em Portugal: Evolução Histórica.....	55
--	----

3.1.1. Implantação do Protestantismo - do Século XIX à 1.ª República.....	55
---	----

3.1.2. Consolidação do Protestantismo no Período do Estado Novo.....	57
--	----

3.1.3. A Democracia e o Protestantismo.....	57
---	----

3.1.4. A Aliança Evangélica Portuguesa na actualidade.....	58
--	----

3.2. Estudo Comparativo: o Cristianismo Evangélico à Luz da Igreja Católica.....	60
3.2.1. Fé.....	61
3.2.2. Oração.....	63
3.2.3. Cultos, Sacrifícios e Festas.....	63
3.2.4. Baptismo.....	65
3.2.5. Cruz: Significado.....	66
3.2.6. Pecado: Culpa e Perdão.....	67
3.2.7. Morte e Imortalidade.....	68

CAPÍTULO IV

AS MINORIAS RELIGIOSAS NA SOCIEDADE PORTUGUESA:

UMA PERSPECTIVA INTERNA.....	71
4.1. A discriminação estatal.....	71
4.2. A discriminação social.....	73

CONCLUSÕES.....	77
------------------------	-----------

FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....	81
-----------------------------------	-----------

ANEXO I

Declaração de Fé da Aliança Evangélica Portuguesa.....	85
--	----

ABREVIATURAS

AEM	Aliança Evangélica Mundial
AEP	Aliança Evangélica Portuguesa
CEP	Conferência Episcopal Portuguesa
CLR	Comissão da Liberdade Religiosa
CTECF	Comissão do Tempo de Emissão das Confissões Religiosas
CRP	Constituição da República Portuguesa
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
DL	Decreto-Lei
LLR	Lei da Liberdade Religiosa

INTRODUÇÃO

O Homem, como o concebemos actualmente, cedo percebeu que não estava sozinho neste pedaço de terra a que chamamos de Mundo. Ao olhar em seu redor, para os céus e mares, para o Sol e a Lua e para toda a criação, incluindo os seus semelhantes, compreendeu que tudo quanto via (bem como tudo o que imaginava) era obra de um Criador, que procurou, desde sempre, manter um relacionamento com ele. Através da Sua mão invisível e da Sua voz reconhecível aos que o adoram, este Deus procurou sempre guiar o Homem até ao fim dos seus dias. Este, como ser dotado de sentimentos contraditórios, de livre-arbítrio e de uma determinada tendência para errar e buscar consolo ulterior, procurou seguir o seu Criador, fazendo-se rodear de quem pensa do feição análoga, em comunidade.

A conjuntura em que actualmente nos encontramos provoca no Homem sentimentos de medo e incerteza. O Mundo como outrora conhecemos tem-se desvanecido, criando um clima de insegurança. É nesta altura, em que o Homem percebe que é uma espécie de marioneta num Universo onde não tem poder algum, que decide deixar a razão e a lógica de lado e começar a procurar o Divino. Em retrospectiva, sempre que o Homem atravessa períodos negativos, associados a guerras, pestes, pobreza e fome, tem tendência a lembrar-se do Divino que, porventura, terá ficado esquecido em tempos de fartura. Presentemente, factores como a perda de identidade social, os rompimentos familiares, os receios quanto ao futuro, a necessidade de segurança e a ausência de saúde e amigos levam, de modo frequente, o Homem a virar-se por completo para a religião, na esperança de que a *magia* aconteça. E acontece. É graças a ela que a religião tem ganho cada vez mais peso na sociedade. Do Ocidente ao Oriente respira-se religiosidade e cresce diariamente o número de indivíduos à procura do Divino, vendo na Religião uma ponte para chegar ao Ser Supremo.

À medida que o relógio avança, o pluralismo religioso faz-se sentir em prosperidade, sobretudo nos países ocidentais, mais abertos à miscelânea de sabores culturais, sociais, étnicos e religiosos, e os Estados não ficam indiferentes a esta realidade. Ao Estado (laico) pouco importa se o sobrenatural existe ou não, se é um deus mais tradicional ou mais esotérico, se o Céu e o Inferno existem, se os milagres acontecem ou se são truques de magia. O Divino está num plano intocável ao Estado e, portanto, cai fora do seu domínio. O Estado não tem qualquer dever de protecção para com o Divino, mas tem para com os seus cidadãos. Não busca a Religião, mas abriga o cidadão religioso; não procura o Ateísmo, mas protege o ateu. O Estado deve providenciar o bem-estar do cidadão que escolhe não acreditar em Deus, bem como do cidadão que tem uma fé que move montanhas. Desta forma, deve cuidar dos seus cidadãos, procurando conhecer as suas crenças, convicções e desejos, bem como as igrejas e comunidades religiosas onde estes congregam.

Este pluralismo religioso só faz sentido com uma condição fundamental que permite aos cidadãos com diferentes crenças coabitarem entre si, numa relação de aceitação para com o próximo – o conceito de liberdade religiosa. Este conceito é o ponto chave para um pluralismo religioso saudável, que ultrapassa os limites da tolerância religiosa, chegando até à aceitação da diferença. Não basta o Estado permitir a existência de múltiplas religiões no seu território. Deve promover com neutralidade a igualdade no meio da diferença, auxiliar as várias comunidades e ser a ponte entre elas. Promover a religião não faz parte da essência de um Estado, pelo que deve permitir que as devidas instituições religiosas, a quem está incumbido este ditame, o façam, dentro dos limites da liberdade religiosa.

A nova Lei da Liberdade Religiosa (LLR), aprovada em 2001, manifesta-se como um triunfo na luta pela igualdade religiosa em Portugal. Ainda que careça, como veremos, de um aperfeiçoamento ao nível da execução de determinadas normas, podemos aferir que o Estado português tem preocupações com a temática religiosa e tem, em conjunto com as várias comunidades religiosas existentes em Portugal, atentado para a promoção do diálogo inter-religioso de forma positiva. Algumas preocupações carecem, ainda, de debate e resolução prática, pelo que acreditamos ser imperioso continuar a longa caminhada que, a médio/longo prazo, trará uma plena liberdade religiosa. Os ventos que correm da Europa, nomeadamente de países como a Inglaterra, Suécia, ou Alemanha, transportam no ar um aumento genérico da intolerância religiosa, o que nos leva a acreditar que o melhor para a sociedade portuguesa será não se deixar tocar por tais ventos, sob pena de perdermos a guerra na última batalha.

Apresentação e Delimitação do Tema

Ao longo deste trabalho pretendemos analisar a realidade das minorias religiosas cristãs em Portugal, de forma a podermos ter elementos que nos permitam avaliar a protecção destas num Estado laico, que vê na Igreja Católica a instituição religiosa com mais fiéis. Sempre que for possível, faremos menção à Aliança Evangélica Portuguesa (AEP), representante das igrejas protestantes evangélicas em Portugal.

Esta dissertação não procura compreender somente a protecção jurídica que o Estado tem para com as minorias religiosas. Vamos mais longe na análise de determinadas áreas sociológicas e teológicas, de modo a compreendermos a dinâmica atinente às minorias cristãs, em comparação com a Igreja Católica.

No tratamento do tema em questão observaremos a realidade das minorias exclusivamente em relação à prossecução dos seus fins religiosos e sociais. Ficam, assim,

excluídas, todas as matérias que digam respeito à área fiscal das igrejas e comunidades religiosas.

Num primeiro plano não poderíamos perder a oportunidade de explicitar o conceito de Religião. A exposição em questão ultrapassa, em larga escala, o mundo jurídico, uma vez que o tema sai dos limites do Direito. Julgamos essencial para o estudo da religião num Estado laico como é o Estado português, em geral, e para o estudo das minorias religiosas, em particular, definir e delimitar o conceito de religião, analisar a evolução da religião de acordo com a história do Direito Constitucional e a religião no plano interno.

No capítulo II, dedicaremos algum tempo à designação de seita e de minoria religiosas, apresentando as várias características que as distinguem. Para uma melhor compreensão do conceito de minoria religiosa, dedicamos algum espaço de análise à AEP.

O capítulo III é dedicado, na íntegra, às minorias religiosas protestantes em Portugal. O motivo de escolhermos a religião protestante como objecto de estudo prende-se com o facto de ser a minoria religiosa com mais fiéis em Portugal. Desta feita, damos a conhecer a evolução histórica desta minoria em terras lusas e a sua relação com a democracia e com o poder político. Por fim, apresentamos um estudo comparativo da fé evangélica à luz do catolicismo.

No capítulo IV apreciamos a liberdade religiosa em Portugal na óptica das minorias religiosas. Como tal, discutimos a alegada existência de aspectos discriminatórios que o Estado, a sociedade portuguesa têm para com estas.

CAPÍTULO I – RELIGIÃO

1.1. Uma Definição de Religião

Proceder à definição do fenómeno religioso num Estado Laico consegue ser uma tarefa árdua para qualquer jurista, uma vez que o Direito, no quadro da não confessionalidade, não regula o conceito de religião, nem, tão pouco, o que é ou não pertença do fenómeno religioso. A respeito do princípio da não confessionalidade do Estado português, conforme o disposto no artigo 3.º da LLR, está interdita ao Estado qualquer tomada de posição no que diz respeito a matérias religiosas, aplicando-se esta proibição, de imediato, ao próprio conceito de religião. Efectivamente, seria contraproducente um Estado de Direito democrático, cuja sociedade se caracteriza pela manifesta existência de pluralismo religioso, deliberar sobre a noção de religião. Desta feita, o legislador entendeu não contemplar na LLR qualquer noção de religião, a qual poderia violar a liberdade religiosa, uma vez que, num quadro de pluralismo religioso, a noção poderia pecar por sobrevalorizar os critérios das religiões maioritárias, em detrimento das minorias religiosas. Do considerável leque de religiões existentes em Portugal, torna-se complexo definir religião de um modo que contemple a visão de todas, e tal somente se deve às diferentes bases doutrinárias que estão na génese de cada uma¹.

Não obstante, o que define, então, o que é religioso e o que não é? Qual a fronteira entre o sagrado e o profano? Consideramos de máxima importância a regulação desta fronteira, em razão de definir o que é, ou não, religião, para efeitos de protecção jurídica². Deste modo, incumbido ao Estado, e não às várias comunidades, está o dever de decidir se uma determinada comunidade tem cariz religioso, de modo a fazer-lhe aplicar normas que somente dizem respeito às igrejas e comunidades religiosas. Neste sentido, pretendemos produzir um conceito de religião suficientemente equitativo e ajustável a todas as religiões que partilham um espaço no fenómeno religioso português.

Consideramos, em termos gerais, que todo o fenómeno religioso se fundamenta numa relação com dois intervenientes: o Divino e o homem. Não podemos falar de religião sem

¹ Como refere RAIMUNDO, Miguel Assis, “Direito Administrativo da Religião”, cit., 236-237, “uma definição de religião que partisse da crença na existência de um único Deus seria claramente inaceitável, pois excluiria todas as religiões não monoteístas. Mas mesmo se se alargasse o âmbito da definição para abranger a crença na existência de um deus ou deuses pessoais e criadores, ficariam excluídos o budismo, o taoísmo e o confucionismo [...] que sendo reconhecidas universalmente como religiões, não têm uma matriz teísta.”.

² Neste sentido, cf., FOLQUE, André, “Portugal a caminho da liberdade religiosa”, *Forum Canonicum*, IV, (1-2), 2009, p 272.

mencionarmos a necessidade que o homem apresenta em ter uma relação com o poder superior. A religião opera aqui como laço, como elo de ligação entre o homem e o Divino, um vínculo entre ambos que simboliza a descoberta do Divino e consequente entrega do homem. Esta ideia de relação implica o estar ligado também a uma comunidade. Os homens, com uma fé semelhante, unidos numa determinada comunidade, estão ligados entre si. A fé que os une ao Sagrado acaba por ser a cola da comunidade em si.

Esta ligação, por seu turno, exerce-se através de uma atitude por parte do homem em relação ao sagrado – atitude de reverência. Consideramos que qualquer atitude religiosa se reduz à ideia de reverência, de temor, de respeito. É portanto a chave-mestra de todas as religiões. O homem, na relação com o Sagrado, deve apresentar-se sempre, independentemente da confissão religiosa ou do rito a praticar, numa atitude de reverência perante o Divino, pois depende dele. O cristão tem perfeita noção da sua condição inferior, porquanto é um ser que necessita de Deus no quotidiano. A sua vida pauta-se por uma tentativa de agir diariamente em conformidade com as doutrinas designadas por Deus, de forma a melhorar a sua pessoa, a sua relação com o próximo e, sobretudo, a sua relação com Deus. No seu relacionamento com Deus, o homem tem portanto consciência das suas limitações e imperfeições, arrependendo-se do pecado que traz consigo, iniciando um processo de *metanóia*, de conversão moral e espiritual. No Cristianismo este processo tem grande visibilidade, de acordo com várias passagens bíblicas que atestam que o “o princípio da sabedoria é o temor do Senhor”, conforme podemos confirmar em Provérbios 1:7 e 9:19 e Eclesiastes 1:10-27.

A reverência ao Sagrado é, sobretudo, visível na prática de rituais. O homem manifesta a sua fé e o seu desejo de dar um sentido à sua existência através de determinadas práticas religiosas em comunidade, de acordo com a base doutrinária de cada religião.

Desta forma, poderemos definir religião como sendo um *conjunto de práticas, levadas a cabo por uma comunidade com um sentido de fé idêntico, que ligam o homem ao Divino, numa atitude de reverência.*

No nosso entendimento, a falta de um conceito que defina religião, e quais os contornos que deve assumir uma dada comunidade religiosa, é uma forte lacuna na LLR. Ainda que a conceitualização de religião seja algo que saia da orla jurídica do legislador interno, a sua definição daria um novo alento ao fenómeno religioso minoritário, bem como à sua protecção jurídica. Sabemos que tal conceitualização não é, de todo, fácil, mas o ordenamento jurídico não pode permitir tal lacuna. É imperioso, neste contexto, que se proceda a uma delimitação do que é e do que não é a igreja, ou seja, o que deve caracterizar uma igreja, quais os fins que prossegue e qual a protecção que o Estado garante aos seus membros.

A religião, actualmente, ultrapassa, em determinados casos, a parte espiritual que liga o homem ao Divino. Para se instituir uma nova religião é necessário um conjunto de infra-estruturas que só são possíveis com recursos económicos e, não poucas vezes, a junção religião/dinheiro acarreta consigo um (pre)conceito intenso. Muitas comunidades, na esperança de obterem sustento financeiro para adquirirem algo para a igreja “física”, usam-se de meios puramente lucrativos. É o que sucede em determinadas igrejas neo-pentecostais e seitas que funcionam com o mesmo fim lucrativo. Ora a religião não pode, ou pelo menos não deve, aliar o negócio à fé.

Pensemos agora no exemplo de Fátima. Claramente há um negócio brutalmente lucrativo aliado à confissão de pecados e pagamento de promessas, através da massiva comercialização de velas, terços e santos, que, uma vez comprados, levam o crente a chegar-se mais a Deus. Esta prática não nos parece ponderada, uma vez que a religião é um compromisso de fé que o homem faz com Deus, e não um compromisso com um preço a pagar. Certo é que a Igreja Católica não tira partido de todo o lucro, mas tem um papel omissos na questão.

Desta forma, concluímos que o lucro das igrejas parece não ser um ponto negativo para o Direito reconhecer novas igrejas e religiões. Assim sendo, quais são os requisitos? Será permitido ao homem lucrar em nome da religião, quer em proveito próprio, quer em proveito da sua igreja? Entendemos que a Comissão da Liberdade Religiosa (CLR) poderá, num futuro próximo, trabalhar na apreciação do conceito de religião, que se consolidará num enorme enriquecimento para o Direito da Religião.

1.2. O Papel da Religião um Estado Democrático e Laico

A religião é uma realidade inerente à natureza do Homem e tem assumido extrema importância ao longo de todas as temporadas históricas, nas mais distintas áreas do saber. O Direito, como ciência social, não pode deixar de assinalar a relevância do fenómeno religioso na vida humana, e tem aduzido, com o decorrer dos anos, uma necessidade de regular esta área. Neste sentido, cumpre ao Direito Constitucional estabelecer os direitos fundamentais dos indivíduos no que diz respeito à sua positivação e respectivos regimes legais.

O ordenamento jurídico português abraça a religião no seu meio, o que não se traduz numa violação do princípio da separação entre o Estado e as confissões religiosas, mas sim num sinal de consideração e interesse pelas várias religiões existentes em Portugal. Como Estado laico, Portugal não acolhe uma religião oficial, por força do princípio da separação entre o Estado e as comunidades religiosas, consagrado no artigo 41.º, n.º 4 da Constituição da República Portuguesa (CRP), mas adopta uma posição de tolerância para com qualquer estirpe

de manifestação religiosa. Importa ressaltar, a este respeito, que o Estado português não vê no catolicismo a sua religião oficial, como erradamente se avalia. A religião Católica compreende mais fiéis em comparação com as restantes religiões mas, em ponto algum, se consagra a fé católica como a religião oficial da Nação portuguesa. Pelo contrário, a CRP consagra um Estado inequivocamente laico.

1.2.1. A Evolução Histórica Entre o Estado e a Igreja: da Carta Constitucional de 1822 à Constituição da República Portuguesa de 1976³

A relação entre o Estado português e a Igreja pode ser dividida em quatro momentos distintos:

I - Estado laico em unidade com a Igreja Católica (Estado confessional);

II - Estado laicista passivo;

III - Estado laico com separação relativa (concordatário);

IV - Estado laico com separação absoluta.

Quando nos referimos ao primeiro momento pretendemos invocar o período de vigência da Carta Constitucional de 1822, da Carta Constitucional da Restauração de 1826 e da Constituição Setembrista de 1838. Na Carta de 1822 declara-se a Religião Católica Apostólica Romana como a Religião de Portugal⁴, posição reafirmada na Carta de 1826⁵ e na Constituição de 1838⁶. Os textos constitucionais trouxeram consigo o brilho do liberalismo, promotor da Revolução de 1820, para o território português, o que se traduziu numa proclamação de direitos fundamentais dos cidadãos inexistente até à época e consequente limitação do poder político e da Coroa.

O fenómeno religioso não ficou esquecido no vasto leque de direitos individuais liberais consagrados nas Constituições do Portugal Monárquico. Como tal, destacamos a instituição de um Tribunal Especial com vista a combater as alegadas violações da liberdade religiosa por

³ Neste ponto procuramos avaliar a evolução histórica da relação entre o Estado e a Igreja na generalidade. Remetemos a análise da relação entre o Estado e as minorias protestantes para o ponto 3.1.

⁴ Cf., Artigo 25.º, 1.ª parte, da Carta de 1822.

⁵ Cf., Artigo 6.º, 1.ª parte, da Carta de 1826.

⁶ Cf., Artigo 3.º da Constituição de 1838.

parte da imprensa⁷, o dever do cidadão “venerar a Religião”⁸, a indicação das igrejas como local de voto⁹, o juramento de fidelidade à Religião Católica Apostólica Romana por ocasião da aceitação de cargos da Coroa¹⁰, o apelo a Deus por parte do Rei na promulgação de uma lei¹¹, e a instituição de escolas de ensino público que promovam o “catecismo das obrigações religiosas e civis”¹².

Na Carta de 1826 estabelece-se a proibição da perseguição por motivos religiosos, desde que a religião oficial seja respeitada, admitindo-se a liberdade de culto privado dos estrangeiros¹³. Ainda assim, a liberdade de culto permitida aos estrangeiros foi revogada com a Constituição de 1838.

O segundo momento abrange o período de vigência da Constituição Republicana de 1911, que expõe uma Nação descontente com a religião católica, considerada pelos republicanos como o agente motivador da decadência lusitana, juntamente com a monarquia e com o capitalismo. A Constituição de 1911 foi beber a sua inspiração à Constituição brasileira de 1871 e, a par de alterações na forma do governo (com a queda da Monarquia e instituição de um Presidente da República) e do municipalismo, promoveu, assim, a laicização social do Estado, tendo resultado numa separação entre o Estado e a uma Igreja que via, então, a sua influência reduzida. Num período em que a Religião do Reino é fortemente contestada, promulga-se uma Constituição que institui um Estado laicista passivo, que aprova a neutralidade religiosa do ensino público¹⁴ e mantém os direitos fundamentais dos cidadãos em matéria religiosa: liberdade de crença, consciência¹⁵ e culto¹⁶, igualdade dos cultos¹⁷ e proibição da perseguição e discriminação religiosas¹⁸.

⁷ Cf., Artigo 8.º da Carta de 1822.

⁸ Cf., Artigo 19.º da Carta de 1822.

⁹ Cf., Artigo 46.º da Carta de 1822.

¹⁰ Cf., Artigos 78.º, 126.º, 135.º e 166.º da Carta de 1822; 76.º, 79.º e 109.º da Carta de 1826; 87.º e 89.º da Constituição de 1838.

¹¹ Cf., Artigos 113.º da Carta de 1822; 61.º da Carta de 1826 e 70.º da Constituição de 1838.

¹² Cf., Artigo 237.º da Carta de 1822.

¹³ Cf., Artigos 145.º, ¶4.º e 6.º, 2.ª parte, da Constituição de 1826, respectivamente.

¹⁴ Cf., Artigo 3.º, ¶10.º da Constituição de 1911.

¹⁵ Cf., Artigo 3.º, ¶4.º da Constituição de 1911.

¹⁶ Cf., Artigo 3.º, ¶¶ 8.º e 9.º da Constituição de 1911.

O terceiro intervalo abarca a vigência do regime do Estado Novo, de cariz fascizante. À semelhança da Constituição de 1911, reitera a separação entre o Estado e a Igreja¹⁹, mas confere um tratamento especial à Religião Católica. Pela primeira vez na história constitucional portuguesa, consagra-se o princípio da separação entre o Estado e a Igreja, ainda que seja uma separação relativa, em razão de se verificar um aumento de poder da Igreja Católica ao longo do período do Estado Novo, possível através das várias revisões constitucionais.

A Lei Fundamental de 1933 copiou da Constituição de 1911 a proibição da perseguição e discriminação religiosas²⁰ e reconheceu a liberdade de organização das confissões religiosas, proibindo o Estado de interferir na edificação de templos das confissões religiosas²¹. O artigo 45.º ressalva, todavia, que compete às várias confissões “organizar livremente” o culto público, desde que os bons costumes não sejam violados.

A primeira revisão constitucional, através da Lei n.º 1885, de 23 de Março de 1935, retirou o advérbio “livremente” do artigo 45.º, o que se traduziu numa debilitação do direito à liberdade das confissões religiosas. Ainda no mesmo ano teve lugar uma segunda revisão²² que determinou a formação do ensino público de acordo com a doutrina cristã tradicional do país, nos termos da Lei n.º 1900, de 21 de Maio. Já a revisão de 1951, conforme o disposto nos artigos 45.º e 46.º da Lei n.º 2048, de 11 de Junho, conduziu a medidas significativas que aproximaram ainda mais o Estado da Igreja Católica. A Lei Fundamental passa a referir-se à religião católica como “a religião oficial da Nação Portuguesa”, garantindo-se, desta forma, uma nova posição social da Igreja Católica, visível em três aspectos:

- as relações entre o Estado e a Igreja Católica eram reguladas pela Concordata e acordos com a Santa Sé, enquanto que as relações entre o Estado e demais confissões dependiam de legislação nacional;

- às associações e organizações católicas (reguladas pelo Direito Canónico) foi reconhecida a sua personalidade jurídica, a qual continuou a ser limitada às associações e organizações não católicas;

¹⁷ Cf., Artigo 3.º, ¶5.º da Constituição de 1911.

¹⁸ Cf., Artigo 3.º, ¶¶ 6.º e 7.º da Constituição de 1911.

¹⁹ Cf., Artigo 45.º da Constituição de 1933.

²⁰ Cf., Artigo 8.º, n.º3 da Constituição de 1933.

²¹ Cf., Artigo 47.º da Constituição de 1933.

²² A revisão constitucional deu um novo corpo ao artigo 43.º ¶ 3.

- as ditas minorias religiosas não podiam difundir “doutrinas contrárias à ordem estabelecida”.

Com a última revisão do texto constitucional de 1933 (Lei n.º3/71, de 16 de Agosto) reconhece-se legalmente a religião católica como a “religião tradicional da Nação Portuguesa.”²³. Consagra-se igualmente a “liberdade de culto e de organização das confissões religiosas”, nos termos do artigo 45.º e determina-se que a matéria da liberdade religiosa passa a ser da exclusiva competência da Assembleia Nacional, de acordo com o disposto no artigo 93.º, al d).

Com a actual CRP, Portugal assume um cariz laico com separação absoluta entre o Estado e as confissões religiosas. Esta separação, todavia, não impede que se consagre o direito à liberdade de consciência, de religião e de culto no vasto leque de direitos, liberdades e garantias proclamado na actual CRP (como veremos seguidamente), mas proíbe tão somente a programação da educação e cultura sob critérios religiosos e o ensino público confessional²⁴.

1.2.1.1. A Consagração da Liberdade Religiosa na CRP

O direito à liberdade religiosa encontra-se consagrado no artigo 41.º da CRP sob a epígrafe “Liberdade de consciência, de religião e de culto”. O n.º 1 da norma constitucional sobre a qual agora nos debruçamos contém em si três direitos diversos e complementares, uma vez que o segundo relaciona-se intimamente com o primeiro, enquanto o terceiro tem a sua génese no segundo²⁵. Este preceito regula, assim, o direito à liberdade de consciência, que se patenteia pela liberdade de escolha de convicções e padrões éticos, o direito à liberdade de religião, que abrange a faculdade de escolher abraçar ou não uma religião, de defender activamente uma determinada causa a favor ou contra o fenómeno religioso, de não ser prejudicado pelas suas convicções, e, por último, a liberdade de culto, que permite ao indivíduo e às comunidades religiosas o desempenho de actos públicos de acordo com a religião que professam.

²³ Cf., Artigo 46.º da Lei n.º3/71, de 16 de Agosto.

²⁴ Cf., Artigo 43.º, n.º 2 e 3, da CRP.

²⁵ Neste sentido, v. GOMES CANOTILHO, J.J., MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3.ª ed.. Coimbra, 1993, pp. 242 e ss.

O artigo 41.º fracciona-se em duas partes distintas: uma parte individual, que absorve a esfera dos direitos pessoais, e uma parte institucional, que integra a esfera das igrejas e comunidades religiosas.

Relativamente à parte individual garante, assim, uma ampla liberdade religiosa ao cidadão, que pode agir sempre de acordo com as suas ideologias sem que por isso possa sofrer complicações. Estas liberdades têm claras repercussões no quotidiano do homem, permitindo-lhe manifestar a sua fé em público ou em privado, em grupo ou individualmente, “pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos”²⁶, sem que seja “perseguido, privado de direitos ou isento de obrigações ou deveres cívicos”²⁷, o que assegura um pluralismo religioso mais alargado e ao alcance de todos, manifestações ateias ou prosélitas, acções diárias de acordo com a religião professada²⁸ e demonstrações públicas de práticas religiosas. Trata-se, evidentemente, de uma aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 13.º da CRP, que institui o princípio da igualdade e, consecutivamente, a proibição de discriminar ou privilegiar os cidadãos por questões religiosas.

A CRP vai ainda mais além no mundo da liberdade religiosa nos n.º 3 e 6. No primeiro consagra um direito à reserva pessoal das convicções religiosas, o qual se traduz na proibição de qualquer autoridade questionar os cidadãos sobre a religião professada e/ou convicções. As convicções religiosas fazem, portanto, parte da alçada íntima dos cidadãos, pelo que não pode ser alvo de investigação.

No que diz ainda respeito à parte individual, chamamos a atenção para o disposto no artigo 19.º, n.º 6 da CRP, que proíbe a suspensão dos direitos de liberdade de consciência e de religião em caso de declaração de estado de sítio ou de emergência. No último estabelece o direito à objecção de consciência como forma de não praticar determinados actos que entrem em conflito com a consciência humana por motivos religiosos. É importante aludir que se trata de um direito sob reserva de lei, à qual está incumbida delimitar os seus contornos e formas de exercício.

Relativamente à parte institucional, interessa agora analisar os direitos conferidos nos n.º 4 e 5. Como já referimos, o princípio da separação entre o Estado e as igrejas é uma característica do Estado português, e a CRP proclama-o no n.º 4, onde podemos concluir que este princípio acarreta consigo dois importantes corolários:

²⁶ Cf., Artigo 18.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH).

²⁷ Cf., Artigo 41.º, n.º 2, da CRP.

²⁸ Exemplo destas acções são as orações diárias que a fé islâmica defende (Salat). As orações podem ter lugar não só na mesquita, mas em qualquer sítio em que o crente se encontre.

- o primeiro traduz-se no princípio da não confessionalidade do Estado, o qual provoca um sentido de neutralidade por parte do Estado em relação ao fenómeno religioso, visível na proibição de intromissão do Estado em questões puramente religiosas e na garantia de um ensino público não confessional²⁹;

- o segundo consubstancia-se na livre organização das igrejas e comunidades religiosas quanto à sua organização e função. Ao Estado não é permitido interferir nestas áreas, à excepção da regulação da liberdade de culto e de manifestação, como é o caso da assistência religiosa nas Forças Armadas, Estabelecimentos Prisionais e unidades hospitalares³⁰.

No que concerne ao n.º 5, garante de igual modo dois importantes direitos às igrejas e comunidades religiosas quanto à liberdade de ensino, de expressão e de imprensa, oriundos da liberdade de religião e da separação e independência das igrejas e comunidades religiosas. O primeiro direito tem que ver com a liberdade ensinar a religião confessada dentro e fora dos templos, o qual estendemos a três tipos de ensino:

- ensino da Catequese na Igreja Católica e nas igrejas que constituem a Aliança Evangélica Portuguesa (Escola Dominical);

- formação de eclesiásticos (católicos) nos Seminários criados para o devido efeito e de Pastores e outros Missionários em Institutos Bíblicos;

- ensino da Educação Moral e Religião Católica e da Educação Moral e Religião Evangélica nas escolas (disciplinas de opção facultativa).

O segundo direito abrange a liberdade de expressão e de imprensa das igrejas e comunidades religiosas, através da imprensa escrita, rádio e televisão.

Quanto à parte institucional, releva referir ainda que, em matéria de revisão constitucional, a CRP consagra no artigo 288.º uma lista intocável de catorze matérias intocáveis pela revisão constitucional, da qual destacamos a separação entre o Estado e as igrejas como princípio irreversível. Quanto à força jurídica das normas constitucionais que regulam as cláusulas de limites materiais à revisão constitucional, partilhamos da posição adoptada por JORGE BACELAR GOUVEIA, que defende a teoria da irrevisibilidade das cláusulas. Sendo estas cláusulas criação do poder constituinte originário, só este as pode alterar ou modificar. Não parece concebível que uma revisão constitucional, enquanto poder constituído e não constituinte, pode suportar tal alteração constitucional. Nas palavras de

²⁹ Cf., Artigo 43.º, n.º 3, da CRP.

³⁰ A assistência religiosa esteve vedada às minorias religiosas até 2009.

JORGE BACELAR GOUVEIA, “não se concebe que, tendo o poder constituinte construído um conjunto de disposições que se destinam a perdurar mais do que os outros preceitos, venha o poder de revisão constitucional, por ele criado e admitido, a adular essa vontade inicial. A criatura jamais pode impor-se ao criador!”³¹. Desta forma, concluímos que, em matéria de revisão constitucional, a CRP jamais pode alterar o disposto no artigo 288.º, al c), revogando o actual regime de separação absoluta entre o Estado e as igrejas.

1.3. A Religião e o Direito Interno Português:

A CRP não detém o monopólio regulador da liberdade religiosa, pois que outras legislações há que regulam o regime da separação entre o Estado e a Igreja e especificam os termos dessa relação. Assim, o fenómeno religioso não se esgota no texto constitucional, que o remete para um patamar legislativo infraconstitucional. Desta feita, vamos destacar a LLR, Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho, revogadora da Lei n.º 4/71, como guardiã da igualdade entre todas as religiões em Portugal.

1.3.1. A Lei da Liberdade Religiosa

A LLR reforça, no seu Capítulo I, com clara inspiração na CRP, os princípios basilares da liberdade religiosa nestes consagrados, princípios estes que já analisámos. Não obstante, cumpre fazer algumas anotações complementares.

1.3.1.1. Princípios Basilares

No artigo 1.º a LLR reforça a liberdade de consciência, de religião e de culto, consagrada na CRP e na DUDH.

O artigo 2.º postula a igualdade entre todas as religiões perante o Estado, condição obrigatória num sistema laico. Este princípio tem aplicação não só na esfera do indivíduo, através da discriminação positiva ou negativa, num conluio com os artigos 13.º, n.º 2 e 41.º, n.º 2, da CRP, mas também na esfera das igrejas e comunidades religiosas, uma vez que o Estado se proíbe de discriminar uma determinada igreja ou comunidade em relação a outras. O Estado vincula-se assim ao reconhecimento do pluralismo religioso.

³¹ BACELAR GOUVEIA, Jorge, “Manual de Direito Constitucional”, Vol. I, Coimbra, Almedina, 2005, p. 644.

No artigo 3.º a LLR realça a íntima relação da laicidade do Estado e a liberdade religiosa, presente no princípio da cooperação. Entendemos, pois, que os princípios da separação e da laicidade do Estado são as colunas primárias do direito à liberdade religiosa³². Só desta forma o Estado pode conceder autonomia às várias igrejas e comunidades religiosas.

No artigo 4.º a LLR admite o princípio da não confessionalidade do Estado, que se pode traduzir em duas práticas: o Estado não pode adoptar uma religião oficial nem tão pouco pode, no domínio das suas funções políticas, administrativas e judiciais, participar de questões inteiramente religiosas.

Quanto à primeira prática, um Estado que proclame a igualdade de direitos e deveres entre religiões não pode, em momento algum, acolher uma religião oficial. O artigo 4.º aponta ainda para a proibição do ensino público confessional e do ensino e cultura “segundo quaisquer directrizes religiosas”. Quanto a este ponto podemos levantar a questão da existência de crucifixos nas salas de aula como violação do princípio da não confessionalidade. Entendemos que em razão da proibição do ensino público confessional ser uma realidade consagrada na CRP e, posteriormente, na LLR, não podemos conceber a existência de símbolos relacionados com a fé cristã católica numa escola pública. Não colidimos com o símbolo em si mesmo e com os valores que representa, mas sim com a violação dos princípios da não confessionalidade e da igualdade. Um Estado laico não pode permitir qualquer tipo de identificação com uma determinada religião em detrimento de outras. Desta forma, ressaltamos que o que se pretende é uma total neutralidade por parte do Estado em matéria religiosa, e não um completo desprezo pela religiosidade. Parece-nos exagerado, por exemplo, admitir que, numa escola pública seja permitido aos pais ateus ou que professem uma fé minoritária garantirem uma espécie de privilégios contra a religião. Permitir estes comportamentos seria fomentar a intolerância religiosa³³. Seguimos a linha de pensamento de ANDRÉ FOLQUE, ao defender que um “ateu não tem o direito de expurgar a religião da vida pública como também aquele que odeia música não pode exigir o silêncio, interrompendo a orquestra que toca na praça ou num jardim público.”³⁴. Da mesma maneira, não podemos assentir a ideia de que, por força do direito da liberdade de religião, que permite aos cidadãos escolherem não professar qualquer religião

³² Neste sentido, v. RAIMUNDO, Miguel Assis, “Direito Administrativo da Religião” in *Tratado de Direito Administrativo Especial* (coord. Paulo Otero e Pedro Gonçalves), Vol. VI, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 273 e 274.

³³ Neste sentido, v. RAIMUNDO, Miguel Assis, “Direito Administrativo da Religião” in *Tratado de Direito Administrativo Especial* (coord. Paulo Otero e Pedro Gonçalves), Vol. VI, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 279 e 280.

³⁴ Cit., 273. FOLQUE, André, “Portugal a caminho da liberdade religiosa”, *Forum Canonicum*, IV, (1-2), 2009, Cit., 273.

(como sucede com os ateus), se subtraia do nosso sistema educativo qualquer menção ao fenómeno religioso, manifestado por palavras ou por outros símbolos. A religião desde sempre foi parte relevante da sociedade portuguesa, pelo que não faz sentido simular que não existe. Não se pode permitir um ensino público fechado ao mundo em que se insere, sob pena de educarmos crianças intolerantes a realidades que desconhecem inteiramente. Pretende-se um ensino público no qual as crianças aprendam a viver com a diversidade de escolhas, apresentando tolerância e sobretudo aceitação para com os que apresentam ideias contrárias³⁵³⁶. Não faz parte das funções do Estado aproximar ou afastar as crianças da religião, mas sim apresentar as crianças ao mundo da religião, o qual poderão abraçar ou ignorar³⁷. Se é intolerável que um Estado regule o seu ensino público segundo orientações religiosas, também o será se o regular de acordo com critérios anti-religiosos.

Relativamente à segunda prática, o princípio da não confessionalidade do Estado reconhece a falta de competência ou de atribuições no que concerne às questões religiosas. Uma vez que não cumpre ao Estado decidir qual o caminho que pode aproximar o homem a Deus, não tem autoridade para reconhecer uma religião oficial. Por outro lado, o Estado não possui idoneidade para decidir se a resposta aos problemas está na religião ou na total descrença no Divino. A falta de cultura religiosa, inata ao Estado laico, permite-lhe, portanto, delegar às igrejas e comunidades religiosas a forma como programam o seu funcionamento, a criação dos seus Estatutos e as questões doutrinárias que estão na génese das suas crenças.

O artigo 5.º consagra o princípio da cooperação do Estado com as várias igrejas e comunidades religiosas, radicadas em Portugal. A LLR exige, em diversos pontos da legislação, a radicação das comunidades religiosas como forma de conceder determinados direitos. Confirma o artigo 37.º, n.º 2 que a radicação das comunidades religiosas está dependente da sua existência em Portugal há trinta anos ou no estrangeiro há sessenta anos. Este requisito afasta, então, algumas comunidades religiosas da cooperação postulada no artigo 5.º, deixando alguns direitos (afectos aos fins religiosos) ao alcance de poucas igrejas e comunidades, quando, na realidade, existem mais no território português. Esses direitos têm aplicação:

- no ensino religioso nas escolas públicas, nos termos do artigo 24.º. As igrejas e comunidades religiosas tem liberdade para iniciar, nas escolas públicas, um programa de opção

³⁵ Portugal não pode cair no caminho da intolerância religiosa que determinados países europeus têm seguido. Em 2012 o Governo sueco legislou sobre a proibição de os professores falarem sobre Jesus Cristo por altura do Natal, em visitas a igrejas locais. As palavras oração, bênção e declaração de fé foram igualmente proibidas.

³⁶ Cf., Artigo 7.º da LLR.

³⁷ Cf., Artigo 11.º da LLR.

facultativa³⁸, dado por professores que professem a religião que ensinam, formados pelas suas igrejas ou comunidades religiosas, de acordo com as orientações gerais do ensino³⁹. Actualmente há nas escolas portuguesas apenas três confissões religiosas: a religião católica (maioritária), evangélica e a Bahai.

- em tempos de emissão religiosa, na televisão e na rádio, conforme o disposto no artigo 25.º. Neste ponto os critérios de selecção não têm apenas que ver com a radicação das igrejas ou comunidades, mas também com a sua representatividade.

Por fim encontramos o princípio que nos parece ser o mais inovador do leque apresentado - o princípio da tolerância, postulado no artigo 7.º. Trata-se de um princípio sobre a resolução de conflitos religiosos, e a sua consagração na LLR parece apelar ao diálogo entre as várias religiões numa situação de conflito. Compreendemos que este princípio coloca o Estado numa posição de mediador de conflitos em matéria religiosa, procurando escutar as partes interessadas e levá-las à solução do problema em questão. Por vezes as posições das igrejas e comunidades religiosas quanto à liberdade de consciência, de religião e de culto esbarram-se porquanto não se dá a devida importância à audição de ambas. Apela-se, então, ao diálogo inter-religioso como forma de resolução de conflitos.

Importa, agora, observar quais os direitos individuais que a LLR concede aos cidadãos e quais os direitos colectivos que integram a esfera jurídica das igrejas e comunidades religiosas quanto aos fins religiosos que prosseguem.

A LLR estabelece, por força da liberdade de consciência, de religião e de culto, um conjunto de direitos que permitem aos cidadãos agirem em total liberdade de acordo com as suas convicções morais, éticas e religiosas. A saber:

- é permitido ao cidadão escolher livremente uma religião com a qual se identifique e abandoná-la, em qualquer momento, sem justificação, podendo abraçar outra religião ou simplesmente deixar de lado a religiosidade⁴⁰;

- admite-se a prática de actos religiosos privados ou públicos, da mesma maneira que o crente pode optar por não os praticar⁴¹, no respeito pelos direitos humanos e pela lei;

³⁸ Cf., Artigo 24.º, n.º 2, da LLR.

³⁹ Cf., Artigo 24.º, n.º 4 e 5, da LLR.

⁴⁰ Cf., Artigos 8.º, al a) e b) e 10.º, al a), da LLR.

- pode o crente reunir-se e manifestar-se em público sobre as suas convicções religiosas, através da pregação, música, distribuição de bibliografia da religião professada, informando os demais sobre a sua fé⁴², com respeito pelo disposto nos artigos 45.º e 46.º da CRP⁴³;
- o direito à informação sobre a realidade e formação religiosas⁴⁴;
- a possibilidade de os pais escolherem para os seus filhos nomes próprios da onomástica religiosa da crença religiosa professada⁴⁵;
- produção literária de obras científicas, literárias e artísticas⁴⁶;
- celebração de casamento e funeral de acordo com os rituais da religião praticada⁴⁷;
- comemoração pública das festividades praticadas pela própria religião⁴⁸;
- os pais têm o direito a educar os filhos de acordo com as suas convicções religiosas, até aos 16 anos, altura em que estes atingem uma maturidade que lhes permite decidir o caminho religioso (ou anti-religioso) a seguir⁴⁹;
- direito de objectar ao cumprimento de leis que contestem a consciência religiosa de cada um, nos termos da lei⁵⁰;
- direito de assistência religiosa nas Forças Armadas, nos Estabelecimentos Prisionais e Hospitais⁵¹;

⁴¹ Cf., Artigo 8.º, al c), da LLR.

⁴² Cf., Artigo 8.º, al d) e e), da LLR.

⁴³ Cf., Artigo 8.º, al f), da LLR.

⁴⁴ Cf., Artigo 8.º, al e), da LLR.

⁴⁵ Cf., Artigo 8.º, al h), da LLR.

⁴⁶ Cf., Artigo 8.º, al i), da LLR.

⁴⁷ Cf., Artigo 10.º, al b), da LLR.

⁴⁸ Cfr Artigo 10.º, al c), da LLR.

⁴⁹ Cf., Artigo 11.º da LLR.

⁵⁰ Cf., Artigo 12.º da LLR.

⁵¹ Cf., Artigo 13.º da LLR.

- direito de dispensa do trabalho, de aulas e provas de avaliação por motivos religiosos, nos termos do artigo 14.º;

- reconhecimento de efeitos civis ao casamento religioso⁵² efectuado perante um ministro de culto, devidamente certificado pelos órgãos competentes da respectiva igreja ou comunidade religiosa, nos termos do artigo 15.º da LLR.

No artigo 9.º o legislador optou por enumerar as acções proibidas aos indivíduos no âmbito da liberdade religiosa, numa lista que vem completar o disposto no artigo 8.º. O legislador condena, desta forma, todas as situações de coacção para professar uma determinada religião, praticar e assistir a eventos ou formas de propaganda religiosa⁵³, permanecer ou abandonar a religião⁵⁴ (sem prejuízo das normas sobre a filiação e exclusão de membros consagrados nos Estatutos das igrejas ou comunidades religiosas). Proíbe, de igual modo, que os cidadãos sejam questionados sobre as suas convicções religiosas⁵⁵ e obrigados a prestar juramento religioso⁵⁶.

No que concerne aos direitos colectivos da liberdade que entram na esfera jurídica das igrejas e comunidades religiosas, a LLR faz a distinção entre os fins religiosos e os fins diversos dos religiosos, no seu artigo 21.º, n.º 1, al a) e b). São, pois, fins religiosos, para efeitos da lei, “os de exercício do culto e dos ritos, de assistência religiosa, de formação dos ministros de culto, de missionação e difusão da confissão professada e de ensino da religião.”⁵⁷, enquanto que os fins não religiosos passam essencialmente pela área social, comercial e de lucro afecto às igrejas e comunidades religiosas.

Por último, resta fazer uma chamada de atenção relativamente aos casos de discriminação religiosa. Observamos que a LLR é claramente omissa quanto ao enquadramento da penalização da discriminação religiosa. Efectivamente, a LLR define os critérios da sua verificação de forma exaustiva, mas silencia-se quanto à penalização da violação da liberdade religiosa. Urge definir o seu enquadramento legal, consagrando, igualmente, o órgão com competência para assumir os casos de discriminação. Entendemos que a CLR tem competência

⁵² Cf., Artigo 19.º da LLR.

⁵³ Cf., Artigo 9.º, n.º1, al a), da LLR.

⁵⁴ Cf., Artigo 9.º, n.º1, al b), da LLR.

⁵⁵ Cf., Artigo 9.º, n.º1, al c), da LLR.

⁵⁶ Cf., Artigo 9.º, n.º1, al d), da LLR.

⁵⁷ Cf., Artigo 21.º, n.º1), al a), da LLR

para aceitar as queixas em questão e auxiliar no processo, mas cabe à LLR colmatar esta lacuna tão erradamente deixada para trás.

1.3.2. A Comissão da Liberdade Religiosa

Estabelecida pelo DL n.º 308/2003, de 10 de Dezembro, sob a alçada do disposto no artigo 52.º da LLR, a CLR é um “órgão administrativo independente de consulta da Assembleia da República e do Governo”⁵⁸.

A CLR tem como escopo funcional o estudo de todas as matérias que tenham que ver com a aplicação da LLR, bem como da possível melhoria da mesma, e a emissão de pareceres e informações relacionadas com a LLR⁵⁹, investigando de forma minuciosa a realidade das igrejas, comunidades e outros movimentos religiosos⁶⁰, de acordo com a lista apresentada pelo legislador no artigo 3.º do DL n.º 308/2003.

A CLR é constituída por um núcleo de onze membros⁶¹: o Presidente, designado pelo Conselho de Ministros, por três anos, renováveis⁶², dois membros designados pela Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), três membros de igrejas ou comunidades não católicas radicadas em Portugal, de acordo com a representatividade de cada uma, escolhidos pelo Ministro da Justiça, e cinco pessoas com competência científica para o efeito, designadas igualmente pelo Ministro da Justiça. Pode ainda, nos termos do artigo 6.º do DL n.º 308/2003, o Presidente da CLR nomear um Vice-Presidente, que o poderá substituir na sua ausência e auxiliar nas suas funções.

Sobre a constituição da CLR, importa atentar para a questão da representatividade das confissões religiosas. O legislador garante permanentemente dois membros da CEP no seio da CLR, por oposição aos três representantes das confissões não católicas. Sabemos, pois, que as confissões em causa são, actualmente, a Aliança Evangélica Portuguesa (AEP), a Comunidade Islâmica de Lisboa e a Comunidade Israelita de Lisboa, as confissões com maior relevância

⁵⁸ Cf., Artigo 52.º, LLR.

⁵⁹ Cf., Artigos 53.º, n.º1, da LLR e 2.º, n.º 1, do DL n.º 308/2003.

⁶⁰ Cf., Artigos 53.º, n.º2, da LLR e 2.º, n.º2, do DL n.º 308/2003.

⁶¹ Cf., Artigos 56.º, n.º1, da LLR e 4.º, n.º1, do DL n.º 308/2003.

⁶² Cf., Artigo 57.º, da LLR.

social, dignas, por isso, de assento na CLR. Podemos observar esta realidade de duas maneiras distintas:

- trata-se de uma forma de discriminação positiva das minorias religiosas, uma vez que a Igreja Católica, detentora da maioria social em Portugal, tem somente dois membros (em cinco)⁶³;

- não há qualquer indicação de discriminação positiva das minorias, mas sim de discriminação para com as restantes minorias representadas na CLR.

Seguimos esta última hipótese, em razão de as três confissões não católicas seguirem correntes doutrinárias distintas entre si. Quer isto dizer que estas três minorias representam interesses diferentes, e não podemos olhar para elas como se estivessem unidas, em *complot*, numa luta contra a Igreja Católica. Os membros que constituem a CLR não se usam desta como uma forma de retirar qualquer tipo de poder ou importância à Igreja Católica, mas sim como uma forma de lutarem pelos direitos e interesses das suas igrejas e comunidades, elevando-as ao nível da religião maioritária. De facto, o legislador, nos artigo 56.º, n.º 1, da LLR e 4.º, n.º 1, do DL n.º 308/2003 é peremptório ao garantir a presença permanente de dois membros designados pela CEP, garantia essa que não é dada às minorias. Condenamos o propósito de a LLR garantir, de forma permanente, a presença de dois membros representantes da CEP. A CLR deve promover o diálogo inter-religioso, em igualdade, entre todas as religiões, de acordo com critérios de neutralidade e tolerância. A existência de um órgão como a CLR só faz sentido num contexto de pluralismo religioso, no qual todas as religiões, maioritárias e minoritárias, deverão ser respeitadas. O facto de existir, em Portugal, uma igreja socialmente maioritária, com um passado de íntima relação com o poder político, que acompanha o país desde a sua fundação, torna complexa a aceitação, em termos sociais, de outras religiões. É para promover esta aceitação que a CLR deve trabalhar diariamente, de forma a progredir no diálogo inter-religioso e no diálogo entre as igrejas e o Estado, estendendo às minorias religiosas os direitos e liberdades apenas reservados à Igreja Católica. Assim, a garantia de assento permanente dada a dois membros da CEP parece-nos uma clara violação dos princípios da igualdade e da não confessionalidade e um atentado à liberdade religiosa. Portugal, ao adoptar uma postura de Estado não confessional, obriga-se a não adoptar uma religião nem, tão pouco, a permitir qualquer espécie de benefício a favor de uma religião, conforme o disposto no artigo 2.º da

⁶³ Neste sentido, RAIMUNDO, Miguel Assis, “Direito Administrativo da Religião” in *Tratado de Direito Administrativo Especial* (coord. Paulo Otero e Pedro Gonçalves), Vol. VI, Coimbra, Almedina, 2012, p 302.

LLR. Com a oferta de estatuto privilegiado à Igreja Católica na composição da CLR, o legislador atenta contra tudo o que um Estado laico representa.

Não se afigura, ainda, correcta a ideia do legislador facultar ao Governo a escolha dos três membros com assento representativo. À semelhança da CEP, esta escolha deveria ser tomada pelas três confissões, e não por um membro do Governo. A LLR e o DL n.º 308/2003 fracassam pela ausência de critérios que permitam perceber a escolha por parte do Governo. Esta questão estende-se igualmente à selecção dos restantes cinco membros feita pelo Ministro da Justiça. Mais uma vez, o legislador despreza a apresentação dos critérios de triagem para o cargo. Deverão estes membros agir em conformidade com as religiões sem assento na CLR? Qual a certeza quanto à religião que professam? Será o factor religião importante ou releva exclusivamente a componente técnica e científica requerida para o cargo?

A LLR garante que as três confissões não católicas com maior representatividade social têm assento na CLR, garantia essa que pode trazer consigo uma pequena rasteira. Supondo que, num futuro próximo, outras comunidades terão uma representação idêntica ou superior, estas confissões deixarão de ter assento na CLR, o que se tornará numa disputa de poder, como se do jogo da cadeira se tratasse. Não podemos concordar com esta decisão do legislador, uma vez que não promove a igualdade religiosa entre as várias comunidades, tornando-se num prémio para as religiões que conseguirem reunir mais fiéis. Os crentes, independentemente da sua confissão, não podem ser vistos como um número estatístico, mas sim como indivíduos e comunidades religiosas que carecem de protecção jurídica. Entendemos que a solução ideal, em prol da liberdade religiosa, passaria pela possibilidade de todas as confissões religiosas radicadas em Portugal verem garantido o seu lugar na CLR (um lugar por confissão), de forma equalitária, sem recorrer a critérios de representatividade social.

Quanto ao funcionamento da CLR, refere o artigo 9.º, n.º 1 do DL n.º 308/2003 que pode funcionar em plenário ou em comissão permanente, ainda que existam assuntos reservados a reunião em plenário, a respeito da emissão de pareceres sobre:

- projectos de acordos entre igrejas e comunidades religiosas e o Estado⁶⁴;
- a radicação em Portugal de igrejas ou comunidades religiosas⁶⁵;
- a constituição da Comissão do Tempo de Emissão das Confissões Religiosas⁶⁶ (CTECF);

⁶⁴ Cf., Artigo 3.º, n.º1, al a), do DL n.º 308/2003.

⁶⁵ Cf., Artigo 3.º, n.º1, al b), do DL n.º 308/2003.

- a inscrição de igrejas ou comunidades religiosas requerida pelo Serviço do Registo das Pessoas Colectivas Religiosas⁶⁷.

A comissão permanente, por seu turno, funciona somente com a participação do Presidente e dos membros representantes das confissões religiosas, nos termos do artigo 4.º, n.º 1, al a) a c), do DL n.º 308/2003. Esta decisão por parte do legislador pode tornar-se discriminatória, pois que resulta na impossibilidade de os cinco membros, nomeados pelo Ministro da Justiça, estarem presentes nas reuniões da comissão permanente, o que se torna contraditório com a sua função de assegurarem o pluralismo e neutralidade do Estado em matéria religiosa.

O quórum requerido quer em plenário, quer em comissão permanente, deverá ser integrado pela maioria dos membros em efectividade de funções, sendo todas as deliberações tomadas pela pluralidade dos votos dos membros presentes, conforme o artigo 12.º, n.º 1 e 2, do DL n.º 308/2003.

1.3.3. A Comissão do Tempo de Emissão das Confissões Religiosas

A Comissão do Tempo de Emissão das Confissões Religiosas (CTECF), prevista no artigo 25.º da LLR⁶⁸, tem como objectivo a atribuição e distribuição dos tempos de emissão liberados às confissões religiosas radicadas no país há mais de trinta anos, ou há mais de sessenta anos no estrangeiro⁶⁹, e federações em que estas confissões se incorporem⁷⁰, nos serviços públicos de televisão e rádio. A CTECF constitui-se, assim, por representantes da Igreja Católica, Aliança Evangélica Portuguesa, Assembleia Espiritual Nacional dos Bahá'is de Portugal, Comunidade Islâmica de Lisboa, Comunidade Israelita de Lisboa, União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia e Comunidade Hindú de Portugal⁷¹. Conforme o disposto no n.º 3 do artigo em questão, os representantes são designados por três anos, por despacho conjunto

⁶⁶ Cf., Artigo 3.º, n.º1, al c), do DL n.º 308/2003.

⁶⁷ Cf., Artigo 3.º, n.º1, al d), do DL n.º 308/2003.

⁶⁸ A CTECF já funcionava desde 1990 em moldes idênticos aos do artigo 25.º da LLR, a partir da entrada em vigência da Lei n.º 58/90, de 7 de Setembro, que consagrava o Regime da actividade de televisão.

⁶⁹ Cf., Artigo 37.º da LLR.

⁷⁰ Cf., Artigo 25.º, n.º 3, da LLR.

⁷¹ Cf., Despacho n.º 16369/2009 publicado em Diário da República - 2.ª série, n.º 138, de 20 de Julho de 2009, página 28272.

dos membros do Governo que liderem as pastas da Justiça e da Comunicação Social, após audiência com a CLR.

A atribuição e distribuição dos tempos de emissão é guiada pelo princípio da representatividade social das confissões religiosas, nos termos do artigo 25.º, n.º 2 da LLR, tal como sucede na CLR, como já observámos. O princípio da representatividade não pode, aqui, trabalhar sozinho, devendo-se invocar, igualmente os princípios da igualdade (artigo 2.º da LLR) e da tolerância. Então, como deve ser feita, na prática, a distribuição dos tempos de emissão? Por um lado, pesa o princípio da representatividade, que concede, de imediato, mais tempo à Igreja Católica e, por outro lado, pressiona o princípio da igualdade no sentido de se proceder a uma justa divisão do tempo, em partes equitativas. Para se resolver a questão, julgamos pertinente invocar o princípio da tolerância⁷², de acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º 2 da LLR, de modo a resolvermos o conflito, respeitando, tanto quanto possível a liberdade de cada confissão.

À semelhança da nossa posição quanto à composição da CLR, valorizando a igualdade ao invés da representatividade, consideramos que o tempo de emissão deverá ser equitativamente distribuído pelas religiões radicadas em Portugal. O factor representatividade não pode violar o princípio da igualdade. Mais uma vez, o legislador não pode beneficiar uma religião, ignorando as restantes. O facto de uma religião agregar mais fiéis não pode significar que tenha mais tempo de emissão, sobretudo quando falamos de emissão num canal público. É o que sucede, exemplificando, com o programa *Fé dos Homens*, a passar na RTP2. Diariamente é concedido um tempo específico de emissão à Igreja Católica que ultrapassa os vinte minutos, em média, enquanto que as restantes confissões apenas têm direito a cerca de cinco minutos (em média) por semana. Totalizando, a Igreja Católica detém cem minutos semanais, valor que colide com os cinco minutos semanais garantidos às minorias religiosas. Compreendemos que a emissão tem custos, quer para a confissão religiosa, quer para o canal transmissor, mas entendemos que o facto de um programa ser visto apenas por uma minoria religiosa não pode significar que essa mesma minoria seja ignorada. A questão das audiências e do lucro delas proveniente não se pode sobrepor à liberdade de culto.

1.3.4. A Igreja Católica: da Concordata de 1940 à Concordata de 2004

A Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé de 2004 preceitua a relação entre as duas instituições, sujeitos de Direito Internacional Público. Trata-se de um tratado

⁷² Cf., Artigo 7.º da LLR.

internacional, que confere um estatuto especial à Igreja Católica face ao Estado. Não pretendemos aqui discutir se tem ou não natureza e valor de tratado internacional ou qual o percurso histórico detalhado entre estes dois sujeitos, uma vez que foge ao objecto deste trabalho. É nosso desígnio analisar a posição das minorias religiosas face à Concordata e aferir se a sua existência coloca em causa a liberdade religiosa e se viola os princípios da separação entre o Estado e as igrejas e da igualdade.

Portugal foi, até ao início do século XX, um país católico. Só com a Constituição de 1911 a I República abandonou a religião Católica como a religião oficial de Portugal, o que se tornou numa contenda entre a Igreja e o poder político, só resolvida com a aprovação e ratificação da Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, assinada no Vaticano a 7 de Maio de 1940.

Até 1974 a Concordata permitiu um período de paz entre os signatários. Com a mudança de regime político após o 25 de Abril, o Governo Provisório entendeu dar continuidade a todos os acordos internacionais previamente estabelecidos, e a Concordata de 1940 não ficou de fora, tendo sido levantada apenas uma questão quanto ao divórcio. Após conversações com a Santa Sé, foi assinado um Protocolo Adicional à Concordata, em 15 de Fevereiro de 1975, o qual alterou o artigo XXIV, garantindo-se, assim, competência aos tribunais civis para aplicarem o divórcio aos casamentos com efeitos civis.

Anos mais tarde, as minorias religiosas deram início à alegada discriminação do Estado face aos benefícios fiscais garantidos à Igreja Católica, ao abrigo da Concordata de 1940. Em 27 de Outubro de 1992 o Dr. Dias José Dias Bravo⁷³, presidente da AEP, apresentou à Assembleia da República uma petição assinada por 11.654 portugueses, solicitando o término da discriminação fiscal entre a Igreja Católica e as igrejas da AEP e requerendo a isenção de IRS e IRC e a restituição do IVA⁷⁴. A petição foi devidamente analisada e, em 13 de Julho de 1995, a Comissão de Petições da Assembleia da República revelou existir uma discriminação fiscal. A petição chegou ao Plenário da Assembleia da República, tendo os deputados perfilhado, na maioria, a teoria de que a isenção da Igreja Católica se devia às espoliações que a Igreja Católica sofreu durante o regime republicano de 1911. Não obstante, os vários Partidos

⁷³ Não poderíamos deixar de fazer uma especial menção ao Dr. Dias Bravo, Magistrado Judicial e do Ministério Público, Vice-Procurador Geral da República, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal da Justiça, em 1993, e Presidente da AEP, o qual sofreu na primeira pessoa as perseguições e discriminações religiosas que todos os pioneiros evangélicos em Portugal sentiram durante o período do Estado Novo.

⁷⁴ A petição pode ser lida em *Diário da Assembleia da República*, II Série-C, n.º 16, de 12 de Fevereiro de 1993, pp.128-130.

entenderam que a isenção deveria ser estendida às confissões não católicas. Desta forma, foi então constituída uma Comissão de Reforma da Lei da Liberdade Religiosa (CRLLR), presidida pelo Conselheiro Dr. José de Sousa e Brito. Em 4 de Março de 1997 a CRLLR apresentou o primeiro anteprojecto da LLR, que regulava a liberdade de consciência, de religião e de culto das minorias, cujo artigo 49.º se dirigia somente à Igreja Católica, ressaltando a Concordata de 1940 e o Protocolo Adicional de 1975, bem como a legislação complementar da Concordata (artigos do Código Civil e do Código de Registo Civil atinentes ao regime de casamento católico). A segunda versão, em 10 de Março de 1998 trouxe consigo uma nova redacção do artigo 49.º (na altura, artigo 59.º), a qual se aplicava não à legislação complementar da Concordata, mas sim à legislação aplicável à Igreja Católica. Tal alteração significava que toda a legislação relativa à Igreja Católica, continuaria intocável à nova LLR. Assim, a legislação interna decorrente da Concordata continuaria em vigor, a par de outras legislações aplicáveis à Igreja Católica. Deste modo, a Igreja Católica passaria a ficar vinculada pelos princípios, direitos individuais e colectivos contidos na LLR. É neste momento que surge a intenção de uma revisão da Concordata.

Em 23 de Março de 2000, um grupo de deputados pronunciou-se pela necessidade de revisão da Concordata, por razões de inconstitucionalidade, a saber:

- a Concordata de 1940 garantia um regime preferencial à Igreja Católica;
- com o fim da Ditadura Salazarista e consequente cessar da guerra colonial, o Acordo Missionário já não tinha razão de ser;
- Portugal é um Estado laico, consagrado pela CRP, pelo que deveria garantir o tratamento igual de todas as confissões religiosas;
- a nova LLR devia estar de acordo com a Concordata.

Aquando da aprovação da LLR, em 22 de Junho de 2001, ainda não se tinha revisto a Concordata, o que acabou por levantar um problema de aplicação temporal: uma vez que a LLR foi aprovada e promulgada antes da aprovação, ratificação e publicação da Concordata, a LLR estendia-se à Igreja Católica ou apenas às restantes religiões? Sabendo que os tratados de Direito Internacional se encontram numa hierarquicamente numa posição superior à legislação interna, entendeu-se, desde logo, que a nova LLR não seria aplicada, como um todo, à Igreja Católica.

O facto de a Igreja Católica ter o seu estatuto aprovado num tratado internacional e as restantes confissões terem o seu estatuto aprovado numa lei do Estado não nos surpreende. A diferença na hierarquia das leis não se consubstancia, neste aspecto, numa violação do princípio

da igualdade, pois que a não aplicabilidade directa da LLR à Igreja Católica apenas salvaguarda o primado do Direito Internacional e a supremacia da CRP sobre o artigo 58.º. A Igreja Católica não tem aqui um estatuto supremo; é sim um sujeito de Direito Internacional e, como tal, de direito público, enquanto que as restantes igrejas são sujeitos de direito privado. São regimes diferentes e, posto isto, merecem um tratamento distinto.

Entendemos assim que, pela história e importância da Igreja Católica na Nação portuguesa, a aprovação dos estatutos por tratado internacional não deve significar que a Igreja Católica tenha mais ou menos relevância no fenómeno religioso ou que deixe de receber protecção jurídica por não estar vinculada pela LLR. A diferença da forma não altera a diferença do conteúdo. Consideramos que, independentemente da fonte, o que releva é a verificação de direitos, liberdades e garantias iguais para os não católicos e católicos, uma vez que o artigo 58.º mantém em vigor a legislação aplicável à Igreja Católica.

Desta forma, temos dois regimes distintos em matéria religiosa, um regime exclusivo aplicado à Igreja Católica, e outro, produzido pelo legislador interno, aplicado às confissões não católicas. Tal facto, todavia, não obsta a que os católicos portugueses sejam impedidos de invocar normas da LLR. A LLR não tem aplicação quanto à Igreja Católica, mas tem aplicação a todos os cidadãos, de forma que lhes é legítimo invocar os seus direitos, quer ante entidades públicas, quer privadas.

Em linhas gerais, a revisão da Concordata acarretou algumas alterações, nomeadamente:

- a substituição do Acordo Missionário (artigo 4.º);
- a nomeação dos Bispos deixa de ser da competência do Estado (artigo 8.º);
- extensão do Bispado a qualquer nacionalidade (artigo 8.º);
- a declaração canónica de nulidade do casamento passa a ter efeitos civis automáticos (artigo 16.º);
- possibilidade de escolha em relação às patentes militares do padre capelão (artigo 17.º);
- a Universidade Católica Portuguesa deve respeitar o direito interno (artigo 21.º);
- isenção das igrejas e instituições católicas (artigo 26.º).

Em jeito de conclusão, resta-nos referir que actualmente não vemos na celebração da Concordata, que traduz uma relação especial da Santa Sé com o Estado português, uma ponta de discriminação do Estado ou da Igreja Católica em relação às minorias religiosas. O que releva é a garantia dos mesmos direitos a igrejas e comunidades religiosas distintas, não interessando a

forma do acordo, mas sim o seu conteúdo. A actual LLR e a Concordata, na forma como estatuem os direitos e deveres das igrejas e crentes, têm na sua génese os mesmos princípios basilares que contribuem para a liberdade religiosa.

CAPÍTULO II - SEITAS E MINORIAS RELIGIOSAS

Existe um conceito generalizado de que toda a religião contrária à religião oficial ou à religião majoritária presente num Estado laico corresponde, na sua essência, a uma seita. O presente capítulo visa clarificar a noção de “seita”, comparando-a ao conceito base deste trabalho, o de minoria religiosa. Pretende-se, deste modo, desmistificar a ideia que a sociedade apresenta face às minorias religiosas, dando como exemplo o da AEP.

Desde Ernst Troeltsch⁷⁵ que os estudiosos em Sociologia da Religião entendem que seita será toda a instituição composta voluntariamente por indivíduos crentes, que expressam a sua fé de forma metódica e inflexível. Desde o princípio do século XX, as seitas foram tomadas como grupos religiosos à margem da realidade social e cultural da época. Ao discordarem da religião estabelecida, afastaram-se da sociedade onde se enquadravam, formando núcleos de elite impenetráveis aos demais. Ao conceito de “igreja” opunha-se então o conceito de “seita”, já que estas elites questionavam princípios e doutrinas cristãs através de novas interpretações bíblicas, demasiadamente literais aos olhos da Igreja Católica.

É impossível discutir o conceito de “seita” sem o ligar ao conceito de “igreja”. Entendemos que as seitas religiosas se enquadram num vasto universo dominado pelo Cristianismo e, como tal, não tem nexo aplicar este conceito fora da orla cristã⁷⁶. Desta forma, excluímos desta análise todas as seitas de cariz anti-cristão. Apesar de estarem em franco crescimento e de apresentarem características em tudo iguais às seitas cristãs, não pretendemos, todavia, invocá-las, em razão de saírem do objecto de estudo deste trabalho, dedicado, na sua essência, às comunidades religiosas defensoras da existência de Deus.

2.1. A Igreja

É frequente observarmos membros do Clero da Igreja Católica Apostólica Romana a defenderem que esta é a verdadeira igreja, considerando as restantes igrejas um apêndice do Cristianismo. Contudo, julgamos esta reivindicação falaciosa, em razão de, conforme a Bíblia Sagrada, o conceito “igreja” não possuir um rótulo denominacional – as Escrituras não se

⁷⁵ TROELTSCH, Ernst, *The Social Teaching of the Christian Churches*, London, 1931, p. 443.

⁷⁶ Seguimos a linha de pensamento de Bryan Wilson que considerava igualmente que não se devia utilizar o conceito “seita” fora das áreas culturalmente cristãs.

referem à igreja como Católica, Anglicana, Luterana, Ortodoxa ou Evangélica⁷⁷. As várias denominações têm origem no modo como o homem pensa e interage com o Deus, e não na revelação divina. A Bíblia refere-se somente ao Corpo Universal de Cristãos forma intemporal e universal, e não a um grupo religioso em específico. O que foi dito aos cristãos da Igreja Apostólica (33 d.C. a 100 d.C.) ou da Igreja Primitiva (100 d.C. a 325 d.C.)⁷⁸ tem, de facto, aplicação aos cristãos da actualidade. Desta forma, quando falamos de igreja, falamos do Corpo Universal de Cristãos, e não numa igreja, em concreto. As denominações têm somente como escopo o de distinguir as várias igrejas entre si, de acordo com a fé que professam e os ritos que praticam.

Com origem no grego, a *ekklesia* (igreja) refere-se à reunião do povo de Deus, com o propósito de O adorar, podendo abranger:

- a igreja universal, ou seja, todos os cristãos unidos universalmente pela fé. É a igreja invisível, composta pelo conjunto de crentes unidos pela fé em Cristo;
- a igreja local, uma pequena parte da igreja universal, a igreja visível.

A igreja maioritária⁷⁹ apresenta-se como uma instituição, um sistema religioso que apresenta o Deus ao homem, não exclusivista, porque aspira à universalidade, em harmonia com as várias instituições de um Estado, seja laico ou não. Está ligada, na sua essência, a toda a história de um povo, identificando-se com vários aspectos na Nação⁸⁰. Do seu vasto núcleo de fiéis, a maioria é crente por baptismo, e poucos são os fiéis por conversão, uma vez que as igrejas maioritárias não executam campanhas de proselitismo.

⁷⁷ Cf., Mateus 16:18: “Pois também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela.”.

⁷⁸ De 325 d.C. em diante a Bíblia Sagrada deixou de ser a única base doutrinária, passando a tradição, os Concílios, os dogmas e os decretos papais a ter ganhar relevância na actuação da Igreja. A partir deste momento, a Igreja ganha novos contornos, afastando-se da igreja do Novo Testamento. Trata-se, pois, do início de uma nova igreja, a Igreja Católica Romana como hoje conhecemos.

⁷⁹ No caso português, a Igreja Católica detém a maioria dos fiéis. Segundo os dados apresentados pelos Censos 2011, 7.281.887 dos portugueses responderam que são, efectivamente, católicos. O número apresentou uma ligeira queda face aos dados de 2001.

⁸⁰ No caso português, é forte a presença da igreja desde a fundação de Portugal. A igreja legitimada por Deus, consagrada pelas Sagradas Escrituras, tem exercido uma presença marcante na sociedade portuguesa desde os seus primórdios.

A Igreja Católica em Portugal, como igreja maioritária, é claramente uma instituição que aspira à universalidade dos fiéis, procurando abranger cada vez mais crentes, sem que, para tal, executem campanhas de evangelismo. Os fiéis católicos procuram a Igreja Católica em razão de ser a igreja com mais fiéis e a que melhor conhecem. A grande maioria conhece os princípios católicos desde a infância, acabando por ser uma tradição que passa de geração em geração.

2.2. Definição de Seita Religiosa

Em linhas gerais, o termo “seita” foi utilizado, desde a década de 1960, pela Igreja Católica para se referir aos novos movimentos religiosos não-católicos que não surgiam sob a sua alçada. Desde a II Guerra Mundial o fenómeno religioso universal sofreu alterações significativas com propagação de novos movimentos religiosos, fruto das mudanças sociais, culturais e políticas que se observaram no pós-Guerra. Efectivamente, as mudanças nas políticas mundiais serviram de mote para o iniciar de muitas seitas filosóficas e religiosas, compostas por jovens descontentes com o sistema político-financeiro de então. Num clima de clara instabilidade mundial, muitas seitas pretendiam converter as populações através de novas filosofias de vida que prometiam ajudar os fiéis a ultrapassarem os seus problemas e, deste modo, foram ganhando adeptos nos Estados Unidos da América, acabando por se estender à Europa. Só em finais da década de 1980 é que o termo seita foi conhecido em Portugal. As comunidades protestantes utilizavam este termo para se referirem aos grupos religiosos que praticavam determinados actos que consideravam como cismáticos ou heréticos.

Neste sentido, podemos concluir que o termo “seita” acarreta consigo um teor pejorativo, visto sempre como um grupo religioso estranho à nossa realidade religiosa. Há uma tendência para o homem religioso repudiar quem não se rege de acordo com a sua tabela religiosa, recorrendo à expressão “seita” para falar de uma nova igreja ou de um novo movimento religioso que surgiu numa cave do seu prédio.

Indiscutivelmente, tem-se como verdade quase absoluta de que existe apenas uma igreja, a Igreja Católica, devendo os demais ser considerados como seitas, uma vez que não vivem o Cristianismo em conformidade com as práticas católicas. Contudo, rejeitamos esta ideia, em razão de existirem várias religiões e várias igrejas que professam a mesma fé cristã, ainda que o façam de modo distinto. Todavia, grupos religiosos há que não se constituem numa igreja ou comunidade, mas sim numa seita, visto que não possuem qualquer doutrina ou profundo conhecimento das Escrituras e apresentam características muito próprias, as quais não têm assento nas igrejas ou comunidades religiosas.

Falamos de seitas religiosas quando nos referimos a sociedades de cariz religioso que renunciam à liberdade de consciência dos seus membros, as quais têm na sua formação não princípios ou doutrinas novas, mas sim a contestação de algo que já fora criado anteriormente. Muitas vezes as seitas surgem dentro de uma igreja ou religião, abandonando os fiéis mais radicais a religião a que professam e iniciando um grupo sectário totalmente à margem desta, proclamando legitimidade teológica para tal, a qual se reduz a uma interpretação literal dos textos sagrados. O líder religioso rasga assim com o que entende como errado na religião antiga e inicia um grupo, de acordo com a sua interpretação das Escrituras, chamando para si a exclusividade da verdade religiosa.

Concluindo, podemos avaliar que uma seita religiosa equivale a uma *sociedade religiosa, constituída por um líder carismático que se julga legitimamente enviado por Deus ao Mundo, em missão, e membros voluntários, pautada por um exclusivismo elitista e por um determinado desprezo ao mundo que a rodeia.*

2.3. Caracterização das Seitas Religiosas

A entrada nas seitas tem um carácter profundamente voluntário, pelo que nenhum dos seus membros é, de alguma forma, coagido a ser parte delas. Não obstante, entendem que, para serem aceites, devem cumprir um conjunto preciso de requisitos. Devem executar uma prova de mérito, garantia de que são dignos de pertencer à seita e de que estão dispostos a renunciarem ao seu *eu* em prol do grupo. A partir do momento em que o indivíduo passa a pertencer à seita, deixa de ser visto como tal, passando a agir em nome do grupo. Não vive mais para si, para os seus desejos e sonhos, mas para o grupo a que pertence. Converte-se totalmente e sem quaisquer reservas, o que lhe exige uma submissão total e em consciência. Todavia, muitas vezes a autoconsciência é ignorada no seio de algumas seitas. É o que sucede com as crianças, às quais é vedado, com frequência, o direito à liberdade de consciência e de escolha de religião. Crescem num círculo fechado e não possuem conhecimento sobre a realidade social, cultural e religiosa de um mundo totalmente desconhecido. São raras as seitas que permitem aos seus membros o conhecimento de outras realidades, pelo que garantem, assim, que estes não questionem os seus princípios básicos. Proibindo a relação com a sociedade, muitas seitas negam aos seus membros a possibilidade de viverem com as suas famílias e de terem outras actividades na sociedade. Os membros que, por qualquer motivo, não concordem com as regras pré-estabelecidas ou doutrinas, são severamente punidos com expulsão, perseguição ou morte⁸¹.

⁸¹ Cf., RODRIGUES, Donizete, “Novos movimentos religiosos: Realidade e perspectiva sociológica”, in Revista Antropológicas, 2008, Ano 12, Vol. 19 (1), p 27.

Os grupos sectários formam, então, um *nós* que se opõe ao resto do mundo. Em razão de crerem que apenas eles conhecem as verdades sagradas, afastam-se da sociedade com a convicção extrema de que só eles são fiéis a Deus e que só eles alcançarão a salvação, o que, na verdade, se revela numa recusa ao diálogo inter-religioso e inimizade para com os restantes grupos religiosos. O único contacto que as seitas empreendem com os demais grupos, e até com outras seitas, é através de práticas proselitistas obrigatórias, algumas de cariz radical, intolerante e extremista, na tentativa de angariarem mais sectários, prontos para trabalharem na causa por eles defendida. O carácter conversionista das seitas é muito forte, uma vez que estas se alimentam do recrutamento de novos fiéis.

Uma outra característica típica destes grupos sectários é o estatuto de elite que sentem sobre os demais. As seitas intitulam-se de elite uma vez que defendem ser as únicas detentoras da verdadeira doutrina e o único caminho para a salvação. Consideram que os seus membros são modelos a seguir, na medida em que apresentam comportamentos sociais irrepreensíveis, a roçar a santificação, eleitos por Deus ou pelo seu líder para marcarem a diferença no mundo. Este carácter de exclusividade garante-lhes, todavia, a possibilidade de excluírem os membros que não se encontrem dentro dos parâmetros essenciais da seita a que pertencem, de modo a não contaminarem os restantes membros. As seitas impõem aos membros normas sociais rígidas, os quais se comprometem a cumpri-las com autocontrolo, rectidão e consciência.

Por último, importa agora apreciar quem dita as normas das seitas. Uma vez que estas podem ser contrárias aos ensinamentos dos textos sagrados, percebe-se, de imediato, que as suas regras são estabelecidas pelo homem. Este facto não é, de todo, estranho, em razão de, ao longo da História da Religião, se verificar que o homem, em comunhão com o Divino, narra mandamentos para o povo, ajudando-o a almejar o que procura. Um bom exemplo que testifica este facto é o de Moisés, profeta inspirado por Deus para falar ao povo de Israel, em Seu nome, orientando-o até chegar à Terra Prometida. Moisés era, pois, visto pela população de Israel como um líder, alguém em quem podiam confiar. Também na história da Igreja Católica observamos a existência de um homem, um líder escolhido entre muitos para dirigir a Igreja: Sua Santidade, o Papa.

Desta forma, as seitas possuem também um líder que dirige todos os seus membros. Não obstante, não se trata de um líder escolhido por Deus. Este pequeno detalhe característico de um líder sectário anula a estreita relação entre um homem de Deus e o próprio Deus. O líder acredita que tem uma forte conexão e experiência com Deus, de acordo com a sua interpretação dos textos sagrados. Trata-se, na generalidade, de um homem profundamente paternalista que vê nos membros da sua seita perfeitos súbditos, que o veneram e nunca questionam. Não há, portanto, uma relação de igualdade entre o líder e os restantes membros, mas sim uma relação

vertical e totalitária, que tem no topo da hierarquia o líder carismático. Ele é quem usufrui de uma autoridade suprema, autoproclamando-se, em certos casos, como o verdadeiro Messias que veio ao mundo com uma missão especial. Ao contrário do que sucede com outros grupos religiosos, que centram a sua atenção em Deus e no bem comum, o líder chama a atenção dos membros para si mesmo, numa profunda indiferença para com os textos sagrados.

Juridicamente há uma questão atinente às seitas que julgamos merecer mais atenção por parte do Direito. Se o indivíduo pretender abandonar o grupo sectário a que pertence, depara-se frequentemente com uma impossibilidade acrescida para o fazer. De acordo com as regras sectárias não pode sair livremente do grupo, por questões morais, éticas e/ou religiosas, o que constitui, no nosso entender, uma violação do direito à liberdade de religião, consagrado no artigo 8.º, al a) e b), da LLR. Entendemos que o âmbito normativo do artigo 41º da CRP se pode estender ao universo das seitas, não sendo somente aplicável às religiões tradicionais e novos movimentos religiosos, pelo que o Direito deverá conciliar a liberdade individual de cada membro sectário com os direitos colectivos da seita.

2.4. Exemplos de Seitas⁸²

I) – Igreja da Unificação do Cristianismo, criada pelo Reverendo Sun Myung Moon, a 1 de Maio de 1954, em Seul. Alegava ser o novo Messias que veio à Terra criar um novo Reino.

II) - Igreja de Cientologia, instituída por Lafayette Ronald Hubbard no início da década de 1950, em Los Angeles. É conhecida pela crença de que as almas viveram noutros planetas antes de existirem no nosso planeta e por alegadamente obrigar os seus membros a pagarem elevadas quantias monetárias para terem acesso a determinadas doutrinas da Igreja de Cientologia.

III) – O Templo dos Povos, fundada em 1954, por James Warren Jones, um defensor dos direitos humanos que lutou contra a discriminação racial. Orientador do suicídio colectivo ocorrido em Jonestown, a 8 de Novembro de 1978.

IV) – Ordem do Templo do Sol, constituída em 1984, em Genebra, por Joseph Di Mambro e Luc Jouret, que se autoproclamaram como os descendentes dos Cavaleiros Templários. A Ordem pretendia restaurar a autoridade e o poder no Mundo. Foram vários os membros que participaram de suicídios colectivos.

⁸² A escolha das seitas aqui apresentadas tem que ver com a sua importância no fenómeno religioso mundial, quer pelo vasto número de membros, quer pela polémica que têm causado.

2.5. Minorias Religiosas

Clarificadas as noções de igreja e de seita religiosa, importa, por último, atentar no conceito de minoria religiosa.

Consideramos que as minorias religiosas não são um apêndice da Igreja Católica, mas são a Igreja, juntamente com esta. Em Portugal a Igreja Católica é, de facto, a religião maioritária mas, em conjunto com as restantes minorias religiosas com fundações no Cristianismo, constituem o Corpo Universal de Cristãos, independentemente do número de crentes, da fé e das tradições. Defendemos que o Corpo Universal de Cristãos, assente no Cristianismo, é uma só Igreja. Dela fazem parte o Catolicismo Romano, Catolicismo Ortodoxo, Protestantismo, Antitrinitarismo e Cristianismo Esotérico. As restantes minorias religiosas, sem base cristã, não fazem parte deste Corpo. Merecem, efectivamente, todo o apreço e respeito da nossa parte, mas não se incluem no objecto desta dissertação, uma vez que não podemos debater religiões que não partilhem a fé no mesmo Deus. Desta forma, quando falamos em minorias religiosas em Portugal, falamos das minorias protestantes.

As minorias religiosas são constituídas por um conjunto não exclusivista de crentes mais reduzido, com uma fé em comum, que semanalmente se reúnem em adoração a Deus. Os crentes em questão podem ser divididos em dois grupos distintos. O dos crentes por nascimento e o dos crentes por conversão. O primeiro grupo é o pilar destas comunidades, em especial das que estão radicadas no país há mais tempo. Tratam-se dos descendentes dos crentes das primeiras religiões minoritárias a aparecerem em território português, os quais têm vindo a perpetuar o trabalho dos protestantes pioneiros. O segundo grupo diz respeito aos novos fiéis convertidos. É, efectivamente, um grupo em franco crescimento nas minorias, uma vez que estas dedicam grande parte do seu trabalho à evangelização junto das populações que não seguem a sua linha de pensamento. Quanto à entrada de novos membros, esta é manifestamente voluntária, e o mesmo sucede com a saída. Se, por qualquer motivo, um membro decidir abandonar a igreja ou, como acontece, mudar para outra igreja, pode fazê-lo pacificamente, de acordo com os seus princípios éticos e morais. A par do que sucede na Igreja Católica, os membros, por questões de conduta contrária à fé professada, não farão parte da Comunhão, até que a situação seja resolvida, sem que haja qualquer devassa da vida privada. Contrariamente ao que ocorre nas seitas, não há qualquer tipo de pena a cumprir ou perseguição por parte da comunidade.

As minorias são, pois, igrejas de menor dimensão com um estilo arquitectónico que em nada se aparenta ao de uma Igreja Católica. São templos mais recatados e com um toque de modernidade arquitectónica bastante evidente, o que permite erguer ou reconstruir edifícios a um preço mais reduzido, de acordo com os orçamentos de cada igreja. Em certos casos,

determinadas comunidades religiosas não têm um espaço próprio que possam utilizar como templo, pelo que recorrem a teatros ou outro tipo de associações para ali se reunirem.

No que concerne à hierarquia das minorias, estas não se penduram num líder carismático, único mensageiro da “verdade”, nem o veneram. Há, pois, respeito entre todos os membros da igreja e da comunidade e todos contribuem activamente para a causa de Cristo. Os olhos dos fiéis estão postos em Deus, e não no líder.

A Igreja Católica apresenta uma estrutura hierarquizada, escolhida por Deus para “apascentar o povo de Deus em seu nome, e para isso lhe deu autoridade⁸³”. No topo da sua hierarquia está o Papa, Sumo Pontífice e cabeça da Igreja, apresentado como o sucessor do Apóstolo Pedro. O restante corpo do Clero católico é constituído por Cardeais, Arcebispos, Bispos, Padres, Diáconos e leigos (membros não eclesiais). A Igreja Católica faz-se assim administrar por um governo episcopal, que entrega o caminho da Igreja nas mãos dos Bispos, sucessores dos Apóstolos. As minorias, em especial as igrejas pertencentes à AEP, por seu turno, adoptam um sistema congregacional de governo de acordo com os moldes apresentados no Novo Testamento⁸⁴ - possuem um Pastor ou Presbítero que dirige a igreja com uma posição hierárquica equivalente à dos restantes fiéis. Todos os membros da igreja são, portanto, vistos como sacerdotes de Deus⁸⁵, com funções e dons distintos. Ao contrário do que sucede na Igreja Católica, não admitem que um Pastor seja cabeça da Igreja, pelo que entregam esse papel a Jesus Cristo. Os referidos Pastores apostam em formas democráticas de liderar as suas igrejas, ao colocarem todos os fiéis a par das situações religiosas, sociais e financeiras das mesmas. Portanto, todos os fiéis em comunhão têm o direito a ser ouvidos pelos Pastores e a debater e votar nos assuntos que digam respeito à igreja, não apresentando, assim, intenção de fazer discernimento entre os ministros de Cristo. À semelhança do que aconteceu com os Apóstolos, homens com diferentes habilitações e profissões, estas comunidades têm somente a preocupação de eleger homens e mulheres com desejo de servir a sua comunidade e de pregar o evangelho. Tal não significa que estes homens e mulheres abandonem as famílias ou empregos para se dedicarem à causa, como sucede nas seitas, mas sim que dedicam mais tempo à igreja e nela têm um papel mais activo.

⁸³ Termo usado no Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, n.º 179. Disponível em <http://www.ecclesia.pt/catecismo/>. Acesso em 25 de Abril de 2013.

⁸⁴ Efésios 4:11-12: “E ele mesmo deu uns para apóstolos, e outros para profetas, e outros para evangelistas, e outros para pastores e doutores, Querendo o aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério, para edificação do corpo de Cristo.”.

⁸⁵ Cf., I Pedro 2:5: “Vós também, como pedras vivas, sois edificados casa espiritual e sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por Jesus Cristo.”.

As minorias partilham das características típicas da igreja e apresentam somente duas características sectárias, ainda que com contornos que merecem distinção. A primeira tem que ver com a doutrina de cada igreja. Quer as minorias, quer as seitas, nascem da discordância da interpretação doutrinária feita pela Igreja Católica enquanto religião majoritária (no caso das minorias) e pelas minorias (no caso das seitas). As seitas são o fruto da interpretação excessivamente literal das doutrinas feitas pelas minorias, o que resulta numa péssima prática religiosa demasiadamente contestatória, agressiva e, em certos casos, surreal. Condenam a doutrina base de todo o Cristianismo, distorcendo princípios bíblicos e éticos. O mesmo não sucede com as minorias, pois não adulteram o Cristianismo nem os valores cristãos universais. Apresentam, sim, maneiras menos ritualísticas e mais livres de viverem a sua fé. Como veremos no capítulo 3.2, as minorias evangélicas não deturpam os princípios bíblicos, mas nutrem-se deles diariamente de uma forma mais efusiva, o que, de certo modo, choca com a visão rígida que a Igreja Católica tem do estilo comportamental do cristão.

Em segundo lugar, a par das seitas, as minorias pretendem converter as populações que não possuem a mesma crença. Como já referimos, engendram campanhas de evangelização, quer pessoal, quer em grupo. Todavia, este trabalho de evangelização em nada tem que ver com o proselitismo hostil característico das seitas. Tratam-se de campanhas de cariz puramente evangelístico, nas quais se distribuem Bíblias e Livros do Novo Testamento ou outro tipo de literatura com testemunhos contados na primeira pessoa. Os membros das comunidades partilham da sua experiência com as populações de forma livre e não pretenciosa, e não usam subterfúgios heréticos ou evangelizam com malícia, a fim de aliciarem novos membros, mas pretendem somente pregar o Evangelho. Disponibilizam-se para acompanhar os possíveis crentes nesta nova caminhada à descoberta do Deus e posterior conversão, mas não pressionam ou enganam para angariarem novos membros. Neste sentido condenamos o preconceito que está na base do proselitismo associado às minorias.

Desta forma concluímos, então, que uma *minoría religiosa corresponde a uma igreja ou comunidade religiosa de proporções mais reduzidas, quanto ao número de fiéis que nela congregam, dirigida por um líder que encaminham todas as adorações para o Deus, aberta à pregação da fé confessada e à conversão pessoal de todos os indivíduos, de forma livre e pacífica, sem recurso a fundamentalismos radicais.*

CAPÍTULO III - AS MINORIAS RELIGIOSAS

3.1 Estudo do Meio Religioso Minoritário Cristão em Portugal: Evolução Histórica

Desde a sua fundação, Portugal, um Estado monoconfessional, foi gerido pela Igreja Católica. Detinha evidentemente um domínio exclusivo do mundo religioso e social, patente nos mais importantes momentos que a Nação portuguesa atravessou: a Reconquista Cristã aos mouros e as descobertas marítimas e consequentes colonizações.

Com o Concílio de Trento (1545-1562), a Igreja decidiu fazer profundas alterações com o intuito de travar o Protestantismo que ia ganhando força um pouco por toda a Europa. Esta reacção, conhecida como Contra-Reforma, levou a Igreja a clarificar o que era permitido a um católico e a fiscalizar os comportamentos dos seus súbditos. Em Portugal este controlo foi executado com alguma segurança, uma vez que a Igreja era responsável por todo o ordenamento do território português. O Clero procedia de forma eficaz à contagem da população e ao registo cívico e jurídico.

No ano de 1536 surgem os tribunais inquisitoriais em Portugal. A Inquisição, de mão dada com o Clero português, foi uma ferramenta poderosa na fiscalização dos hereges, o que permitiu afastar os ventos da Reforma até meados do século XIX, altura em que missionários estrangeiros importaram novas ideias protestantes para Portugal.

Ressalva-se um ou outro caso peculiar de adesão ao protestantismo no Portugal do século XVI. Um dos mais interessantes é de João Ferreira de Almeida (1628-1698), um jovem católico que parte para a ilha de Java (Indonésia), onde tem contacto pela primeira vez com a Igreja Reformada Holandesa. Converte-se, pois, ao protestantismo, tornando-se, mais tarde, pastor daquela igreja. Do seu legado permanece a sua tradução da Bíblia Sagrada para português. Em 1819 foi publicada a primeira edição da Bíblia em língua portuguesa.

3.1.1. Implantação do Protestantismo - do Século XIX à 1.ª República

Os primeiros missionários estrangeiros não foram alvo de perseguição, mas foram impedidos de exercer qualquer tipo de prática conversionista junto da população portuguesa. Juridicamente encontravam-se numa posição incerta: por um lado, a Carta Constitucional de 1826 proibía a perseguição religiosa⁸⁶ e, por outro lado, definia a religião Católica Romana

⁸⁶ Cf., Artigo 145º, n.º 4.

como a “Religião do Reino”⁸⁷, limitando as práticas religiosas dos estrangeiros a lugares privados⁸⁸.

Nesta conjuntura, vários foram os grupos de protestantes a entrar em Portugal⁸⁹. A fundação da Sociedade Bíblica Britânica foi o trampolim que permitiu a vários missionários viajarem para Portugal, com o intuito de distribuírem Bíblias por todo o território luso. Em 1838 o movimento presbiteriano foi importado pelo médico escocês Robert Kalley, que se estabeleceu na Madeira durante oito anos. O médico de Glasgow aproveitava as suas consultas para evangelizar os seus pacientes, escrevendo sempre um versículo no final de cada receita. Este acto permitiu a muitos madeirenses conhecerem as Sagradas Escrituras que, até então, desconheciam por completo, uma vez que os sermões católicos eram pregados em Latim. Só em 1860 foi formada a primeira igreja presbiteriana em Portugal Continental, pela mão de Robert Stewart, capelão da comunidade escocesa de Lisboa. Em 1839 o grupo dos episcopaisistas, formado por padres portugueses e velho-católicos espanhóis e anglicanos, fixou-se em Lisboa e deu origem à Igreja Lusitana. No ano de 1854, Thomas Chegwin, um engenheiro químico inglês, iniciou o seu trabalho nas minas de cobre em Palhal, Albergaria-a-Velha, onde distribuía Bíblias aos seus colegas e famílias. A aceitação por parte da população de Palhal foi o mote para abrir a igreja dos Irmãos, existente até à data. Em 1871 os metodistas ingleses arraigaram-se na zona de Vila Nova de Gaia. Poucos anos depois, em 1877 os darbistas escoceses Richard e Cathryn Holden estabeleceram-se na zona de Lisboa e edificaram a primeira igreja dos Irmãos na região. Nos anos seguintes o trabalho dos Irmãos foi crescendo por todo o país através de Charles e Mary Swan, Robert MacGregor, Stewart McNair e George Owens. Em 1880 os congregacionalistas escoceses e brasileiros fixaram-se em Lisboa. No ano de 1888 os baptistas ingleses assentaram no Porto e, em 1822, Joseph Jones procedeu à abertura do primeiro Seminário Baptista, em Viseu. Por último, os pentecostaisistas brasileiros e suecos chegaram ao Algarve, abrindo um templo em Portimão, em 1923⁹⁰.

Em 1903 foi criado no Porto o Círculo de Oração, um órgão constituído por Pastores protestantes da região norte. Em 1909, depois de extinto, foi criada a Associação Protestante

⁸⁷ Cf., Artigo 6º.

⁸⁸ A Carta de 1826 restringiu os lugares de culto a casas particulares, proibindo a construção de templos.

⁸⁹ Cf., VILAÇA, Helena, Notas de pesquisa para o estudo dos grupos religiosos minoritários em Portugal. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, 1997, 7, p.36.

⁹⁰ Consta que a fundação do pentecostalismo ocorreu no Algarve mas sabe-se que a pregação pentecostal começou em 1913 na Póvoa do Varzim com José Plácido da Costa, um pastor baptista que tinha aderido ao movimento pentecostal.

Portuguesa, a qual teve apenas dois anos de duração. Em 1911 o Pastor presbiteriano Mota Sobrinho toma a iniciativa de fundar uma Aliança Evangélica Portuguesa (AEP), à semelhança da Aliança Evangélica Mundial (AEM), fundada em Liverpool, 1845. Pretendia-se com esta Aliança proteger as várias minorias religiosas das perseguições políticas, religiosas e culturais e auxiliar os perseguidos e respectivas famílias.

Com a implantação da República (1910) e consecutiva aprovação da Constituição de 1911, os evangélicos viram oficialmente reconhecida a liberdade de culto⁹¹ e a possibilidade de edificarem templos⁹². Esta liberdade religiosa fomentou o crescimento da fé evangélica.

A AEP foi, pois, instituída em 1921, por Eduardo Moreira, embora apenas tenha conquistado o seu reconhecimento legal em 1935. Da constituição inicial da AEP fizeram parte os grupos protestantes acima referidos, os quais, em profunda união, lutaram pela liberdade religiosa e pelo cessar da discriminação contra os evangélicos, que sofriam com perseguição organizada pela Igreja Católica e pela população portuguesa em geral.

3.1.2. Consolidação do Protestantismo no Período do Estado Novo

Com a instauração do regime do Estado Novo em 1926, a Igreja Católica trabalhou numa nova aproximação do poder político. Deste ponto de encontro resultou a Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 1940.

À semelhança da Carta de 1826, a Constituição de 1933 declarou o direito à liberdade de religião e consciência e reprimiu as práticas religiosas, impedindo a evangelização. Não obstante, é possível afirmar-se que, em termos gerais, o regime salazarista trouxe benefícios à comunidade protestante portuguesa, nomeadamente a oficialização da AEP, o cumprimento das primeiras reuniões das Igrejas Metodista e Presbiteriana e a abertura do Seminário Evangélico de Teologia, sob a orientação das Igrejas Metodista, Presbiteriana e Lusitana.

3.1.3. A Democracia e o Protestantismo

Com o 25 de Abril de 1974 Portugal conheceu a democracia. A Revolução dos Cravos garantiu uma nova ordem política, social e religiosa, consagradas na CRP. O protestantismo, a

⁹¹ Cf., Artigo 3.º, n.º5, CRP de 1911.

⁹² Cf., Artigo 3.º, n.º8, CRP de 1911.

par de outras minorias religiosas oprimidas até à data, apoiou a mudança de regime, almejando por uma nova Constituição que lhe garantisse a verdadeira liberdade de religião e consciência, de expressão, de associação e manifestação, de modo a poderem evangelizar como ambicionavam.

A partir da década de 1980 a AEP procedeu a uma alteração dos seus Estatutos, ampliando os seus poderes de representação a nível nacional e dinamizando as suas acções. Em grande parte graças à luta do Dr. Dias Bravo, a AEP garantiu o direito de leccionar a disciplina de Educação Religiosa e Moral Evangélica nas escolas públicas e o direito à isenção fiscal, bem como o acesso à televisão pública onde, desde então, tem apresentado programas de cariz evangélico.

3.1.4. A Aliança Evangélica Portuguesa na Actualidade

A fim de percebermos como funcionam e se enquadram as minorias na sociedade, damos o exemplo da religião protestante evangélica, a minoria religiosa em Portugal que possui o maior número de fiéis. Uma vez que há várias igrejas evangélicas no território português, torna-se complexo mencionar todas, pelo que vamos optar, ao longo deste trabalho, por referir a AEP.

A AEP é, de acordo com o artigo 1.º dos seus Estatutos, “uma federação de pessoas colectivas religiosas e outras pessoas colectivas com fins religiosos, nomeadamente igrejas e institutos, com ou sem forma associativa, fundações e outras comunidades religiosas” independente⁹³. A AEP propõe-se representar a comunidade evangélica portuguesa, defendendo a liberdade de consciência dos crentes evangélicos, o livre culto a Deus e o direito de manifestação pública, afirmando a sua declaração de fé (Anexo I), esclarecendo os membros sobre as doutrinas aceites pela AEP, promovendo actividades públicas sociais, culturais e religiosas entre as comunidades evangélicas e estabelecendo acordos com o Estado⁹⁴. Na sua relação com o Estado, a AEP procura representar e defender os interesses dos seus membros junto das autarquias locais e outros órgãos da Administração Pública, fazendo, de igual modo, a ponte entre o Estado e estas comunidades. A AEP tem aplaudido o empenho e a dedicação com que este tem abraçado as várias igrejas e instituições religiosas, através da criação de incentivos em matéria social, nomeadamente por meio da cedência de espaços públicos para o livre culto evangélico. As igrejas e comunidades religiosas da AEP têm feito um esforço digno no sentido

⁹³ Cf., Artigo 42.º, Estatutos da AEP.

⁹⁴ Cf., Artigo 3.º, Estatutos da AEP.

de estreitar esta relação, contribuindo em massa para a sociedade portuguesa em várias frentes, a saber:

- formação de equipas de rua para distribuição de bens alimentares e outros produtos de primeira necessidade aos sem-abrigo;
- promoção de campanhas contra a pobreza, organizadas pelo Desafio Miqueias;
- apoio à terceira idade, através de Casas do Repouso e Lares Evangélicos;
- organização do Café Convívio, um espaço dedicado a toxicodependentes e familiares, que passa pela prevenção e encaminhamento para centros de recuperação;
- abertura de centros de recuperação e reinserção social Desafio Jovem⁹⁵, um projecto nascido nos Estados Unidos da América pela mão do Pastor David Wilkerson em 1958;
- promoção de campanhas contra a discriminação feminina, tráfico de mulheres e outros crimes infligidos à população feminina em vários países (Projecto Ana);
- assistência religiosa e espiritual nos Estabelecimentos Prisionais e nos hospitais;
- programas televisivos como a “Luz das Nações” e “Caminhos”;
- publicação de revistas e outros géneros de literatura cristã;
- constituição de Seminários para formação de Pastores e Missionários⁹⁶;
- aulas de Educação Religiosa e Moral Evangélica nas escolas públicas;
- congressos nacionais de jovens, como a Máquina de Sonhos, que promove o ensino evangélico, o convívio e eventos culturais;
- concertos de beneficência de bandas evangélicas.

No que concerne às celebrações das minorias, são totalmente livres, abertas a qualquer indivíduo e são gratuitas. Ao contrário do que acontece nas seitas, a presença numa igreja ou

⁹⁵ O Desafio Jovem surgiu em Portugal em 1978, numa cooperação das Assembleias de Deus e da Cruz Vermelha Portuguesa, por iniciativa do Pastor Lucas da Silva.

⁹⁶ A AEP conta com doze Escolas Teológicas em todo o país. Destacamos, neste sentido, o Monte Esperança Instituto Bíblico da Convenção das Assembleias de Deus (MEIBAD) que forma anualmente um elevado número de alunos que revelem ter uma chamada divina para exercerem o cargo de Pastores ou Missionários evangélicos.

comunidade evangélica não tem um preço. As ofertas revertem exclusivamente para o sustento do espaço físico e são facultativas. O crente doa o que entender e quando entender. Esta questão tem sido um mito levantado por muitas seitas e por determinadas minorias que vêem nos seus membros autênticas fontes de rendimento, pelo que é de ressaltar que as minorias pertencentes à AEP não funcionam nesta base.

Ainda quanto à questão da relação crente/dinheiro importa fazer uma chamada de atenção. A AEP segue o pensamento doutrinário pentecostal, uma vez que acredita no baptismo do Espírito Santo, conforme testemunhamos no ponto 3.3.1. O Pentecostalismo, pilar doutrinário do movimento protestante evangélico, rejeita por completo a promoção do enriquecimento material e financeiro fácil e imediato. Estas minorias não vêem Deus como uma mina de ouro que brota riquezas a quem a ela se dirigir. Consideram que os bens materiais não são importantes para Deus, pelo que Deus jamais irá distribuir bens e enormes quantias monetárias a quem contribuir mais para a igreja. Esta teoria da prosperidade é, todavia, defendida e aplicada pelos movimentos carismáticos neo-pentecostais⁹⁷, não pertencentes à AEP, uma vez que vivem de dogmas não aceites por esta. Enquanto a Igreja Católica e as igrejas e comunidades evangélicas se dispõem a acompanhar os fiéis durante a sua vida terrena até alcançarem a salvação depois da morte, os movimentos neo-pentecostais defendem ao máximo a teoria da prosperidade, crendo que o importante é viver uma vida próspera, no imediato, sem quaisquer preocupações futuras. As promessas de enriquecimento fácil, em troca de elevadas doações à igreja, permitem aos movimentos neo-pentecostais uma forte expansão a nível mundial.

3.2. Estudo Comparativo: o Cristianismo Evangélico à Luz da Igreja Católica

A conjuntura que Portugal vive actualmente traz consigo não só uma crise sócio-económica e financeira, mas também uma recessão de valores morais, éticos e religiosos. Ao observarmos o comportamento do Homem em sociedade percebemos de imediato que, nos períodos de maior crise, apresenta uma tendência para procurar Deus, principalmente fora da religião tradicional.

O movimento evangélico em Portugal apresenta um grande crescimento desde o início do século XXI - de acordo com os dados dos Censos de 2011, Portugal conta com 238.909

⁹⁷ As igrejas mais representativas da corrente neo-pentecostal são a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Maná.

evangélicos, mais 67.863 em relação aos dados dos Censos de 2001⁹⁸. Tal crescimento está também ligado fundamentalmente à perda da crença nas religiões mais tradicionais e ao pensamento positivo, baseado somente na Bíblia, e não na tradição, que a religião protestante apresenta em relação ao futuro.

Com este estudo comparativo pretendemos analisar minuciosamente a realidade das práticas religiosas da Igreja Evangélica e da Igreja Católica. Serve esta análise para contrariar a imagem estereotipada da religião evangélica e clarificar as diferenças e, em certos aspectos, as semelhanças doutrinárias entre ambas.

3.2.1. Fé

Na epístola aos Hebreus 11:1, o seu autor define fé como o “firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que não se vêem”. A fé cristã baseia-se numa atitude de confiança e entrega total a Deus. É o pilar de qualquer religião, a crença absoluta que leva o homem a despojar-se do seu egocentrismo, colocando Deus no centro da sua existência.

A fé num Deus Trino é comum às igrejas católica e evangélica. Crê-se, portanto, na realidade de um Deus eternamente existente em três entidades distintas: Deus Pai, Jesus Cristo Filho e Espírito Santo. A fé é, então, depositada num Deus criador do Universo e sustento da Humanidade, onipotente, onisciente e onipresente, que enviou Jesus Cristo⁹⁹ à Terra para salvação dos pecados do homem.

Sem o Espírito Santo não haveria Universo ou criação humana, conforme revela Moisés em Génesis 1:2¹⁰⁰, pelo que não poderíamos usufruir da Bíblia, revelação de Deus aos homens por Ele escolhidos¹⁰¹, e jamais haveria poder para proclamar o Evangelho. Considera-se, desta forma, como a terceira pessoa da Trindade, e não apenas um mero poder, em razão de

⁹⁸ Os crentes da AEP encontram-se distribuídos entre os protestantes e outros cristãos, para efeitos estatísticos dos Censos.

⁹⁹ A biografia de Jesus é a história mais contada de todos os tempos e a mais interessante de ser analisada. Enquanto Homem, Jesus caminhou por um mundo de pecado sem se deixar corromper, demonstrou compaixão por quem o traiu, maltratou e condenou, procurou sempre fazer a vontade de Deus Pai. O facto de ter sido o único homem perfeito até à data torna-o a personagem mais incontornável de sempre.

¹⁰⁰ Cf., Génesis 1:2: “E a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e o Espírito Santo se movia sobre a face das águas.”

¹⁰¹ Cf., II Pedro 1:21: “Porque a profecia nunca foi produzida por vontade de homem algum, mas os santos de Deus falaram inspirados pelo Espírito Santo”.

apresentar atributos pessoais: tem a capacidade de pensar e amar¹⁰² e de unir o homem a Jesus, através da comunhão¹⁰³.

É relativamente à última pessoa da Trindade que os evangélicos apresentam alguma divergência em comparação com os católicos. Ambos crêem no Espírito Santo como entidade divina que actua na conversão e regeneração de pessoas, mas os evangélicos defendem que este baptismo permite experimentar a plenitude do Espírito, tal como sucedeu com os apóstolos do dia de Pentecostes¹⁰⁴. Os católicos, por sua vez, não admitem o baptismo no Espírito Santo como forma de se relacionarem com Jesus e de munirem de poder para pregarem os Evangelhos.

Ainda relativamente à fé cristã releva fazer uma outra destrição que opõe as duas religiões: a questão da intercessão a Deus. De acordo com o discurso do Papa Paulo VI na clausura da terceira sessão do Concílio Ecuménico do Vaticano II¹⁰⁵ (21 de Novembro 1964) foi decretado que os fiéis devem adorar e invocar, em primeira instância, a Virgem Maria, mãe de Deus, intercessora do crente perante Deus Pai¹⁰⁶.

Esta prática é fortemente criticada pela comunidade evangélica, que vê em Jesus Cristo o único intercessor entre o Homem e Deus, e recorrem ao Evangelho segundo João para suportar a sua fé: “Disse-lhes Jesus: Eu sou o caminho, e a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim.¹⁰⁷”. A questão da intercessão constitui uma luta de vários séculos que opõe os protestantes aos católicos. Estes vêem em Maria uma mulher que pode interceder pelos fiéis a Deus, ao passo que os evangélicos não lhe reconhecem tal legitimidade. Importa, contudo,

¹⁰² Cf., Romanos 8:26-27: “E da mesma maneira também o Espírito ajuda as nossas fraquezas; porque não sabemos o que havemos de pedir como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis. E aquele que examina os corações sabe qual é a intenção do Espírito; e é ele que segundo Deus intercede pelos santos.”

¹⁰³ Cfr João 14:16-17: “E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, para que fique convosco para sempre; O espírito de verdade, que o mundo não pode receber, porque não o vê nem o conhece; mas vós o conheceis, porque habita convosco, e está em vós.”

¹⁰⁴ O dia de Pentecostes celebra a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos, através do dom de línguas, durante a celebração da Festa da Colheita, que soleniza a transmissão dos Dez Mandamentos no Monte Sinai, cinquenta dias após o Êxodo. Por esta razão, o dia de Pentecostes é celebrado cinquenta dias depois da Páscoa.

¹⁰⁵ Concílio Ecuménico do Vaticano II. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1964/documents/hf_p-vi_spe_19641121_conclusions-iii-sessions_po.html>. Acesso em 19 de Abril de 2013.

¹⁰⁶ Não pretendemos, por agora, explanar mais sobre a tradição católica, tema que analisaremos no capítulo 3.2.3.

¹⁰⁷ Cf., João 14:6.

ressalvar que os evangélicos defendem que Maria deve ser respeitada e honrada, enquanto serva de Deus escolhida para dar à luz o filho de Deus. Não lhe reconhecem, porém, a natureza divina que a Igreja Católica defende, uma vez que a Bíblia, em ponto algum, admite a sua santidade.

3.2.2. Oração

A oração, enquanto prática religiosa comum a todas as religiões - cristãs ou não cristãs -, é uma comunicação entre o crente e Deus. Para os cristãos, a oração é o modo mais imediato de se chegar a Deus, alvo das mesmas. Não é apenas um conjunto de palavras que permitem ao crente pedir um favor; é a forma de se colocar em prática a fé.

A oração tem, efectivamente, vários fins, e não pode ser vista como um ritual diário, despido de sentimento. Os motivos que levam o crente a orar são, pois, variados. Não se prendem só ao pedido de favores, mas a acção de graças, perdão de pecados, louvor e adoração, e intercessão por terceiros. Os evangélicos recorrem, de igual modo, à oração como forma de se relacionarem com Jesus, pois que esta relação é o sustento da fé evangélica.

A oração mais conhecida é o *Pai Nosso*¹⁰⁸, proferida por Jesus de modo a ensinar os seus discípulos a orar. Os evangélicos defendem que a oração não tem que ser uma cópia exacta desta oração, mas uma conversação simples, genuína, sincera, acreditando que será ouvida. Os católicos, por seu turno, possuem um vasto leque de orações básicas para os mais diversos fins e momentos da eucaristia.

3.2.3. Cultos, Sacrifícios e Festas

Todas as religiões cristãs possuem um dia semanal que dedicam a Deus. Norma geral, esse dia é o domingo, uma vez que é dia de descanso e as famílias podem dar parte do seu tempo à Igreja. Esta prática consolida-se essencialmente no culto a Deus, mas é, de igual modo, um modo de os crentes socializarem entre si.

Também neste aspecto encontramos algumas características que distanciam os evangélicos dos católicos. A primeira diferença tem que ver com a denominação do acto religioso em si mesmo: os católicos referem-se ao momento da adoração a Deus como eucaristia (ou missa) e os evangélicos atribuem-lhe o nome de culto. Tanto a missa como o culto são, pois,

¹⁰⁸ Cf., Mateus 6:9-13.

rituais de adoração e louvor a Deus. Do seu alinhamento fazem parte os cânticos, a oração, a pregação e um levantamento de oferta, que vem auxiliar monetariamente a igreja.

De acordo com a doutrina da Igreja Católica, a missa renova o sacrifício de Jesus Cristo na cruz, sendo, pois, um sacrifício idêntico ao de Cristo na cruz. Este momento (comunhão) tem parte de qualquer missa, o que não sucede no meio evangélico. Os evangélicos fazem-no uma vez por mês, não como um sacrifício, mas como um agradecimento a Jesus Cristo por ter dado a sua vida pelo pecador. Este momento do culto é chamado de Santa Ceia¹⁰⁹.

Quanto à questão do exercício de sacrifícios, os evangélicos demonstram, através de ensinamentos bíblicos, que Deus não requer sacrifício algum por parte do crente.

A Lei Mosaica¹¹⁰ estabelecia os sacrifícios de sangue de animais para a expiação dos pecados do povo de Deus, como refere Moisés em Levítico 1:5. O relacionamento entre Deus e Israel tinha por base um sistema de sacrifícios, o qual garantia o perdão de Deus ao pecador arrependido que cumprisse um sacrifício com fé. Todavia, a Lei e o concerto do Antigo Testamento não foram permanentes, pelo que a necessidade de o Homem ser perdoado através de um sacrifício terminou com a vinda de Jesus Cristo¹¹¹. Os evangélicos não praticam, pois, sacrifícios ou outro tipo de obras para obterem benefícios ou a salvação; praticam as boas obras porque são salvos e entendem que devem marcar o mundo desta maneira, como refere o autor de Hebreus (10:24).

Defendem, pois, que o único sacrifício que Deus pode aceitar já foi feito, quando enviou Jesus Cristo à terra, o qual foi morto pelos nossos pecados, para que todos os homens, sem excepção, pudessem viver uma vida digna perante Deus, anulando a necessidade de recorrer a outro tipo de sacrifício. Desta forma, os evangélicos contestam qualquer tipo de sacrifício como pagamento de promessa ou sinal de fé. O crente deve orar a Jesus, para que interceda a Deus

¹⁰⁹ A Santa Ceia é feita entre todos os crentes evangélicos em comunhão, mediante uma atitude de reverência e gratidão. É lida a carta de Paulo aos Coríntios I 11:23-32 e, posteriormente, distribui-se o pão e o vinho pelos crentes, que simbolizam o corpo e o sangue de Cristo.

¹¹⁰ A Lei Mosaica era a Lei do Antigo Testamento, revelação de Deus a Moisés, líder de Israel. Era constituída por três partes distintas: a) a Lei Moral, que regulava os mandamentos de Deus para o seu povo (Êxodo 20:1-17); b) a Lei Civil, que combinava a vida social e jurídica de Israel (Êxodo 21:1 – 23:33); a Lei Cerimonial, que definia os moldes da adoração a Deus e os rituais sacrificiais (Êxodo 24:12 -31:18).

¹¹¹ Cf., Gálatas 3:19-26 e Romanos 3:19-31.

Pai, esperando com fé e paciência na bondade de Deus¹¹². Defendem que as bênçãos de Deus não têm preço, pelo que Deus não quer nada terreno em troca.

Como referimos anteriormente, os protestantes acreditam que a adoração a outros santos não tem fundamento bíblico, seguindo a linha de pensamento do Apóstolo Paulo, que condena a adoração a outros ídolos (idolatria), como forma de obterem benefícios em seu favor¹¹³. Desta forma, não admitem festas em homenagem a qualquer santo, como os católicos admitem. Para eles só Deus é santo¹¹⁴; o homem justificado apenas goza da santidade de Deus. Efectivamente, a Bíblia torna claro que o ídolo (ou santo) em si nada é¹¹⁵, senão um objecto de madeira ou pedra, esculpido pelo homem, sem poder algum¹¹⁶.

3.2.4. Baptismo

A Bíblia refere que a prática do baptismo deve ter lugar quando a pessoa, com capacidade de pensar por si própria, em plena consciência dos seus actos, entender que está disposta a tomar este passo, em liberdade. O baptismo deve ser por imersão, ou seja, o corpo da pessoa deve ser mergulhado nas águas por inteiro, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo¹¹⁷, tal como Jesus foi baptizado por João Baptista¹¹⁸.

Os evangélicos entendem que o baptismo nas águas é um mandamento de Jesus Cristo e, como tal, o crente que pretende dar este passo, deve ter consciência do acto e das repercussões que irá acarretar para a sua vida. Antes de o fazer deve, portanto, reconhecendo a sua condição

¹¹² Cf., Mateus 6:25-34.

¹¹³ Cf., I Coríntios, 10: 14-21.

¹¹⁴ Cf., Êxodo 20:3-5.

¹¹⁵ Cf., I Coríntios, 8.4: “Assim que, quanto ao comer das coisas sacrificadas aos ídolos, sabemos que o ídolo nada é no mundo, e que não há outro Deus, senão um só.”.

¹¹⁶ Cf., Salmos 115: 2-8.

¹¹⁷ Cf., Mateus 28:19.

¹¹⁸ Cf., Mateus 3:13-17.

de pecador, pedir perdão a Deus pelos seus pecados¹¹⁹, seguir os mandamentos de Jesus Cristo e imitá-lo como um bom discípulo¹²⁰.

Por estas razões os evangélicos não batizam crianças, uma vez que não são dotadas de autoconsciência que lhes permita tomar tal decisão. Ao contrário do defendido pelos católicos, os pais protestantes entendem que não podem escolher o caminho espiritual dos seus filhos. A escolha do caminho espiritual a seguir é uma escolha individual, e não uma herança que passa de geração em geração, despida de reflexão e escolha.

O baptismo é, pois, para os evangélicos, segundo as Escrituras, um acto simbólico que representa a morte para o pecado e ressurreição para uma nova vida, com Cristo, e não uma forma de apagar o pecado original. O pecado somente é perdoado mediante arrependimento sincero, como veremos no ponto 3.2.6.

3.2.5. Cruz: Significado

A questão da cruz levanta, de igual forma, um desvio em relação à doutrina defendida pela Igreja Católica.

É frequente encontrarmos nas igrejas católicas a imagem de Jesus Cristo pendurado na cruz, o que não acontece nas igrejas evangélicas. Para além de não possuírem qualquer imagem de adoração, a sua cruz não apresenta Jesus Cristo pregado. Este facto prende-se manifestamente com o facto de os evangélicos verem na ressurreição de Jesus a possibilidade de serem salvos, uma vez que o Filho de Deus morreu por todos os homens. A mensagem do Cristo crucificado que ressuscitou ao terceiro dia é um dos pilares da doutrina evangélica. Os Apóstolos não pregavam a Igreja, mas Cristo crucificado. Em Actos dos Apóstolos 4:12, Pedro afirma que não há salvação senão em Cristo¹²¹. Importa ressaltar que, por seu turno, as igrejas evangélicas não têm qualquer intenção de se intitularem como fonte de salvação ou redenção. Pelo contrário, a doutrina evangélica remete para Jesus Cristo o poder de salvar quem nele crer¹²².

¹¹⁹ Cf., Actos 2:38: “E disse-lhes Pedro: Arrependei-vos, e cada um de vós seja baptizado em nome de Jesus Cristo, para perdão dos pecados.”.

¹²⁰ Cf., Mateus 28:18-20.

¹²¹ Cf., Actos 4:12: “E em nenhum outro há salvação, porque também debaixo do céu nenhum outro nome há, dado entre os homens, pelo qual devamos ser salvos.”.

¹²² Cf., João 14.

3.2.6. Pecado: Culpa e Perdão

Neste ponto não vamos discutir o que é o pecado ou em que difere nos meios católico e evangélico. Pretendemos sim analisar de que forma é que o homem religioso lida com os seus pecados. Neste aspecto as perspectivas doutrinárias são diferentes.

A doutrina católica admite que o pecado, como prática contrária à Lei de Deus, ofende a Deus e fá-lo afastar-se deste. Como tal, a Igreja Católica criou uma lista com os vários tipos de pecado, distinguindo entre os que são perdoáveis sem necessidade de confissão e os pecados que levam à condenação (os sete pecados mortais¹²³).

Para Deus, todo o pecado é igual, uma vez que consiste numa prática contrária à sua Palavra. Em Gálatas 5:19-21 podemos verificar que Deus engloba vários pecados na mesma lista, não fazendo distinção: “Porque as obras da carne são manifestas, as quais são: adultério, prostituição, impureza, lascívia, idolatria, feitiçaria, inimizades, porfias, emulações, iras, pelejas, dissensões, heresias, invejas, homicídios, bebedices, glotonarias, e coisas semelhantes a estas, acerca das quais vos declaro, como já antes vos disse, que os que cometem tais coisas não herdarão o Reino de Deus.”. Desta forma, só cabe a Deus decidir o que é ou não pecado, da mesma maneira que só a Ele cumpre julgar os pecadores.

Por isto, os evangélicos entendem que não cabe ao homem perdoar o pecador em nome de Deus, mas cabe a Jesus Cristo perdoar e restaurar. Para obter perdão o pecador deve mostrar um arrependimento sincero, e só Deus conhece o homem, enquanto ser omnisciente. Assim, os evangélicos não reconhecem legitimidade ao sacerdote para perdoar pecados através da confissão auricular, uma vez que a confissão de pecados deve ser feita a Deus, em nome de Jesus¹²⁴, que concede o perdão gratuito. Um exemplo bíblico que atesta esta teoria é o do ladrão crucificado com Jesus, que mostrou arrependimento e pediu a Jesus que se lembrasse dele quando entrasse no Reino Celestial. Não recorreu a um intermediário para falar com Jesus. Em razão de crerem que Jesus está vivo, os evangélicos não necessitam de um mediador humano para alcançarem Jesus Cristo.

¹²³ A saber, a gula, a avareza, a luxúria, a ira, a inveja, a preguiça e a vaidade.

¹²⁴ Cf., I João 2:1-2: “Meus filhinhos, estas coisas vos escrevo, para que não pequeis; e, se alguém pecar, temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o justo. E ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo.”.

3.2.7. Morte e Imortalidade

A Igreja Católica defende que há um lugar intermédio, depois da morte e antes da chegada ao destino eterno final, lugar que purifica o pecado do homem. Entende-se, pois, que há três modos de diminuir o sofrimento de quem está no purgatório, os quais são contestados pela igreja evangélica:

I) - Oração pelos mortos (sufrágio): os católicos buscam fundamento para o sufrágio em II Macabeus, 12:46. Entendem, assim, que esta prática pode libertá-los dos seus pecados e que este versículo é a prova da existência do Purgatório. Não obstante, os livros de Macabeus são apócrifos, isto é, pseudo-canônicos, uma vez que são baseados na Tradição¹²⁵. Desta forma, os evangélicos não reconhecem a proveniência divina destes livros, logo não aceitam a ideia da oração pelos mortos. Não se encontra em qualquer parte da Bíblia uma referência a um caso de alguém orar para que um morto fosse salvo. Pelo contrário, o autor de Hebreus declara que ao homem que a morte é o desfecho, e que depois disso apenas virá o Juízo: “E, como aos homens está ordenado morrerem uma vez, vindo depois disso o juízo.” (Hebreus 9:27).

II) - Missa intercessora: Na realização das missas a favor dos mortos os católicos invocam II Macabeus 12:43¹²⁶. Tal como já mencionamos, os evangélicos não sustentam esta teoria e, como tal, invocam outras passagens bíblicas que contestam a necessidade de realizarem missas a favor dos mortos. Não há textos bíblicos que ensinem o homem neste caminho; pelo contrário, todos os ensinamentos de bíblicos vão no sentido de levar os crentes a melhorarem as suas condutas e a imitarem Jesus Cristo diariamente. Jesus ensina os fiéis a orarem uns pelos outros, em vida, pois com a morte vem o juízo, como já referimos. Portanto, a recompensa de Deus baseia-se somente na conduta do homem na terra e nas suas escolhas que toma com fé¹²⁷.

¹²⁵ Os evangélicos e outras comunidades religiosas não reconhecem os livros apócrifos como canônicos por várias razões. A saber: a)- O espírito profético cessou em Israel após os ministérios de Ageu, Zacarias e Malaquias. Durante 400 anos Deus esteve em silêncio. b)- Os Judeus nunca admitiram os apócrifos no cânone do Antigo Testamento. A Igreja, que adoptou as Escrituras dos israelitas, não tinha poder para proceder a alterações. c)- Jesus Cristo e os Apóstolos nunca se referiram aos livros apócrifos. d)- A Igreja Apostólica (33/35 d.C a 100 d.C) e a Igreja Primitiva (100 d.C a 325 d.C) nunca atribuíram canonicidade aos apócrifos. Não obstante alguns serem lidos, jamais foi reconhecida a sua autoridade divina. e)- Os apócrifos não revelam autoridade e orientação divinas, nem se harmonizam no conjunto formado pelos restantes sessenta e seis livros bíblicos.

¹²⁶ II Macabeus 12:43-44: “Em seguida, fez uma colecta, enviando a Jerusalém cerca de dez mil dracmas, para que se oferecesse um sacrifício pelos pecados: belo e santo modo de agir, decorrente de sua crença na ressurreição.”.

¹²⁷ Cf., I Coríntios 3:12-15: “E, se alguém sobre este fundamento formar um edifício de ouro, prata, pedras preciosas, madeira, feno, palha, A obra de cada um se manifestará; na verdade o dia a declarará, porque pelo fogo será descoberta; e o fogo provará qual seja a obra de cada um. Se a obra que alguém edificou nessa parte permanecer, esse

III) - Doação monetária (esmola): A par das duas práticas já explanadas, a questão da esmola como forma de auxiliar um ente querido a sair do purgatório é fortemente contestada pelos evangélicos, que vêem na salvação uma recompensa gratuita da parte de Deus. Na Carta de Paulo aos Efésios 2:8-9 a questão da salvação do crente é manifestamente clara: “Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie.”.

Aos três modos de purificação das almas defendidos pela doutrina católica, os evangélicos respondem, por seu turno, com quatro perguntas:

- Quando pode o penitente sair do Purgatório?
- Como se pode ter a certeza de que o penitente saiu do Purgatório?
- Quantas missas devem ser realizadas?

- Se a esmola auxilia no processo, será razoável pensar que um indivíduo com melhor sustento financeiro sairá do Purgatório mais rapidamente do que aquele que nada possui?

Posto isto, em que acreditam os evangélicos? Não encaram a morte como algo negativo, porque acreditam que a morte não é o fim, mas sim o início de uma nova vida¹²⁸, um novo começo. Entendem que a morte é a libertação de um corpo que viveu e sofreu como os demais. No entanto, é imperioso ressaltar que, embora os crentes evangélicos não vejam a morte como algo horrendo, os seus familiares e amigos sofrem com a perda, obviamente. No entanto, encaram-na com a esperança de um dia reencontrarem os ausentes, na vida eterna. Do outro lado da moeda estão aqueles que nunca aceitaram a verdade cristã e que, portanto, estarão condenados ao Inferno. Este aspecto é partilhado pelos católicos e evangélicos.

receberá galardão. Se a obra de alguém se queimar, sofrerá detrimento; mas o tal será salvo, todavia como pelo fogo.” e II Coríntios 5:10: “Porque todos devemos comparecer ante o tribunal de Cristo, para que cada um receba segundo o que tiver feito por meio do corpo, ou bem, ou mal.”.

¹²⁸ Cf., I Tessalonicenses 4:13: “Não quero, porém, irmãos, que sejais ignorantes acerca dos que já dormem, para que não vos entristeçais, como os demais, que não têm esperança.”.

CAPÍTULO IV - AS MINORIAS RELIGIOSAS NA SOCIEDADE PORTUGUESA: UMA PERSPECTIVA INTERNA

O presente capítulo¹²⁹ compreende uma apreciação da realidade das minorias religiosas no seio da sociedade portuguesa. Pretende-se avaliar o pluralismo religioso em Portugal, a interpretação das minorias religiosas sobre a liberdade religiosa na actualidade e quais os fenómenos discriminatórios que ocorrem, quer por parte das instituições do Estado, permitidas por possíveis lacunas na LLR, quer por parte da sociedade, através de comportamentos e estereótipos discriminatórios.

4.1. A Discriminação Estatal

De um modo geral, os líderes das confissões não católicas estão satisfeitos com os direitos consagrados na CRP e na LLR. À parte de questões que dizem respeito à CLR e CTECF, no que diz respeito à representatividade social e composição (já aqui discutidas), não apontamos o dedo a qualquer indício de discriminação estatal.

A existência da Concordata entre o Estado português e a Santa Sé é o factor que mais divide a opinião das minorias religiosas, uma vez que nem todas assumem o estatuto especial da Igreja Católica nem o condenam, enquanto outras vêem nesta relação o maior sinal de discriminação por parte do Estado. Assim sendo, há três posições distintas, a saber:

- os que defendem que não há qualquer sinal de discriminação, uma vez que a Concordata não confere privilégios especiais à Igreja Católica;

- os que consideram que a relação da Igreja Católica e do Estado tem razão ser, não só pelo seu papel na sociedade portuguesa, como por representar a maioria dos crentes portugueses;

- os que confessam a discriminação perante a Concordata, uma vez que representa uma violação do princípio da separação do Estado e das igrejas.

Seguimos a primeira posição, como já fizemos saber anteriormente.

¹²⁹ Esta análise tem por base o estudo “A Discriminação Religiosa na Perspectiva das Confissões Minoritárias”, efectuado por investigadores da Númena - Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas, e a audição de pastores e crentes de igrejas evangélicas portuguesas.

A falha no conhecimento profundo da LLR por parte de algumas confissões não católicas é, de igual modo, uma realidade. Contudo, esta não é uma verificação que possa ser generalizada, em razão de as minorias há mais tempo presentes em Portugal apresentarem uma ciência adequada da LLR. Algumas, como é o caso da AEP, contribuíram activamente para a sua elaboração. Em retrospectiva, podemos afirmar que, até à data, não há casos conhecidos pelo domínio público de discriminação contra evangélicos, ou casos de islamofobia ou antissemitismo em Portugal. Este facto terá que ver possivelmente com o facto de a LLR não definir qual o órgão com competência para solucionar casos de discriminação religiosa e com a fraca divulgação da LLR na sociedade portuguesa.

Quanto à assistência religiosa, apesar da sua tardia regulamentação (em 2009), determinadas minorias afirmam que este direito ainda não se encontra devidamente regularizado no ordenamento jurídico português. Há, de facto, uma grande falta de conhecimento por parte de determinados Serviços de Saúde e de alguns Estabelecimentos Prisionais em relação ao direito de assistência religiosa a utentes e reclusos privados de exercer a sua liberdade religiosa. Tal não se deve tanto à discriminação das religiões não católicas, mas sim ao profundo desconhecimento da lei. Muitos ministros de culto vêem o seu livre acesso impedido pelos órgãos de administração em razão de desconhecerem o âmbito de aplicação da LLR.

No que concerne à construção de espaços físicos, as minorias apresentam queixas generalizadas. Diariamente deparam-se com uma dificuldade agravada de encontrar um espaço físico que permita a construção de um templo. Desta feita, enquanto esperam por uma resposta por parte da autarquia local, executam as suas celebrações em casas particulares, garagens e lojas arrendadas. Não obstante, é evidente um esforço por parte das autoridades locais no sentido de solucionarem estes casos, com a devida atenção. As minorias e as autarquias têm vindo a estreitar laços de forma a conseguirem obter um espaço apropriado, o que apenas peca pela morosidade característica que acarreta o processo de licenciamento.

Um outro problema apresentado pelas minorias que estão no país há menos de trinta anos tem que ver com o seu processo de radicação. A LLR impõe como requisito inegociável a presença das confissões em Portugal há mais de trinta anos, ou no estrangeiro há mais de sessenta. A radicação produz efeitos na esfera das “novas” minorias, como as igrejas neo-pentecostais, que lhe garantem um conjunto de benefícios que, de outra forma, não poderão ser conquistados. Este requisito é, para estas minorias, a maior fonte de discriminação por parte do Estado. Não vemos tal formalidade como discriminatório, uma vez que o período de trinta anos pode servir, na sua essência, para a comunidade se instalar confortavelmente na sociedade portuguesa, conhecendo-a e dando-se a conhecer. De facto, nem todas as comunidades que se assumem como religiosas o são, e algumas podem ter outros fins ocultos que não o religioso,

pelo que durante este período poderão então revelar-se ao mundo de forma sensata, permitindo à sociedade um melhor conhecimento sobre a sua verdade.

4.2. A Discriminação Social

O preconceito na sociedade portuguesa quanto às minorias religiosas é bastante visível. As gerações mais velhas estão no topo dos comportamentos discriminatórios, especialmente as que terminaram a sua escolaridade antes do 25 de Abril. Até à Revolução dos Cravos as minorias eram vistas como um caminho errante, como seitas, preconceito que perdura até hoje. Também as gerações mais recentes que nunca tiveram contacto com o fenómeno religioso demonstram comportamentos altamente discriminatórios. De facto, uma realidade na sociedade portuguesa é o aumento da discriminação laicista, que se consubstancia num ataque a qualquer crença ou prática religiosa por parte de uma minoria atea ou agnóstica, em franco crescimento. A revolta contra a Igreja Católica, o seu papel na Conquista Cristã, onde muitos morreram em nome de Deus, a falta de conhecimento em relação às minorias religiosas, que muitas vezes são tomadas como seitas perigosas, e a incredulidade extrema têm levado ao crescimento desta minoria anti-religiosa, que procura atacar principalmente as camadas mais jovens. Os jovens, a camada que aceita as minorias com maior abertura, são frequentemente discriminados, perseguidos e ostracizados pela corrente laicista por se assumirem publicamente como parte de uma minoria religiosa, o que se traduz, por conseguinte, numa omissão por parte dos jovens da fé professada.

Actualmente, em países europeus como a Suécia, Alemanha e Inglaterra, a laicização da sociedade tem aumentado substancialmente, e começa a espalhar-se um pouco por toda a Europa. Portugal é conhecido por experimentar a realidade de outros países com vinte anos de atraso, pelo que a médio prazo, as correntes ateias e agnósticas terão chegado com mais força a território luso, contribuindo em larga escala para o aumento da laicização da sociedade portuguesa.

Algo bastante evidente na sociedade portuguesa é o escasso convívio com a diversidade religiosa por parte da Igreja Católica e dos seus fiéis. As minorias religiosas, em especial a minoria protestante, sempre foi vista como aquela que contribuiu para a divisão da Igreja Católica, como a que originou uma guerra religiosa sem precedentes, baseada numa péssima interpretação das Sagradas Escrituras. Os protestantes sempre foram vistos como os perseguidos pela Inquisição, pelas heresias que escreviam e pregavam, pelo que as torturas de que foram alvo, as mortes que sofreram, foram justas. Sempre foram vistos como “os outros” e, ainda hoje,

para muitos católicos, esta realidade não mudou – os protestantes continuam a ser os heréticos de outrora, continuam a ser o povo barulhento e que não guarda as tradições.

Este tipo de preconceitos tem perdurado e, inevitavelmente afecta as gerações mais novas, que crescem num meio onde a pluralidade religiosa não pode ser tolerada. Consideramos que há um nível muito baixo de informação em relação às confissões não católicas, o que contribui para o aumento significativo de situações de discriminação social. Cabe a todas as religiões, maioritárias ou minoritárias, a estimulação da unidade na diferença, da tolerância e, sobretudo, da aceitação de pensamentos religiosos diferenciados. O Estado português tem progredido na fundamentação do diálogo-religioso, mas cumpre às igrejas e comunidades religiosas, no terreno, no convívio diário com os crentes, a promoção da diferença e respeito pelos “outros”.

Não obstante o Estado e as igrejas entre si terem o dever de estimularem o diálogo inter-religioso, há uma entidade, com um poder incalculável, capaz de moldar a opinião pública, que possui, no nosso entender o mesmo dever. Falamos, pois, da Comunicação Social. Há, na nossa opinião, uma atenção excessiva à Igreja Católica, em comparação com as restantes confissões. Na televisão portuguesa, incluindo as estações privadas, é dado um tratamento especial que jamais foi dado às minorias. O facto de a Igreja Católica deter uma maior representatividade social é o mote para semanalmente serem transmitidas eucaristias, a par das transmissões em directo a partir de Fátima, durante o mês de Maio, o que, aos olhos das minorias, é uma clara violação do princípio da igualdade.

Um exemplo do claro desinteresse da comunicação social pelo fenómeno religioso minoritário em Portugal a ter em conta é o da situação ocorrida a 10 Junho de 2013. A data não foi apenas especial para os portugueses em geral, pela comemoração do Dia de Portugal, mas foi, em particular, especial para as Assembleias de Deus em Portugal (a igreja evangélica com mais membros, representada pela AEP), pela comemoração dos cem anos de existência no nosso país, na qual estiveram presentes representantes do Governo, da CLR, das Assembleias de Deus a nível mundial, entre outros ilustres convidados. Foi organizado um evento de grandes proporções, num espaço público, do qual fez parte um Coral Gospel com mais de oitocentas vozes. Atempadamente foram enviados convites aos vários meios de comunicação social, a fim de darem cobertura ao evento, os quais não se fizeram comparecer ou responder ao Gabinete de Imprensa das Assembleias de Deus. O evento passou ao lado do resto do país.

Raramente é dada oportunidade de se dar a conhecer as minorias presentes em Portugal, de forma clara e imparcial. Não raras são as vezes em que são transmitidas reportagens com juízos de valor por parte dos investigadores e jornalistas, o que atesta a especial predilecção pela Igreja Católica, por um lado, e por ridicularizar as confissões não-católicas, por outro. Os *media*

contribuem, desta forma, para uma propagação distorcida da realidade inerente às minorias, explorando os seus aspectos negativos e escândalos.

Frequentes, de igual modo, são as ocasiões em que os *media* levam os membros do Clero a comentar assuntos políticos ou outros assuntos em destaque na ordem do dia. A separação Estado/Igreja passa, desta forma, ao lado da comunicação social, que permite aos membros da Igreja Católica comentarem questões políticas que não lhes competem. O carácter laico do Estado assenta, por um lado, numa clara proibição da intromissão do Estado em assuntos estritamente religiosos mas, por outro lado, consideramos que se possa estender tal proibição às igrejas e comunidades religiosas. Portugal não assenta numa teocracia, pelo que não cabe à igreja tecer comentários ou pareceres, através da comunicação social. Entendemos, todavia, que é legítimo, e proveitoso, as várias religiões radicadas em Portugal manifestarem o seu contentamento ou descontentamento em relação aos assuntos que directamente lhes digam respeito ou em relação a questões que, de alguma forma, sejam contrárias à fé professada, em sede própria. A título de exemplo, invocamos a questão atinente ao casamento homossexual. Aquando da sua aprovação, a CEP, a AEP e a União Portuguesa Adventista do Sétimo Dia manifestaram conjuntamente o seu desagrado em relação ao passo legislativo tomado, por ser contrário aos princípios cristãos¹³⁰.

¹³⁰ Não queremos entrar em detalhe quanto à aprovação da lei, mas pretendemos deixar uma reflexão final que, embora não seja uma forma de discriminação social, não podemos deixar de notar. Ainda que Portugal seja neutro com respeito ao fenómeno religioso, há um certo número de questões avaliadas pela Assembleia da República com fundamento claro na religião. Pensemos na questão da despenalização da interrupção voluntária da gravidez, do casamento homossexual e da co-adopção por casais homossexuais. São três temas, regulados pelo legislador infraconstitucional, que contrariam princípios cristãos. Não podemos deixar de criticar que, nos últimos dois casos, a representatividade social da Igreja Católica foi ignorada. O Estado não procurou saber de que modo é que a Igreja Católica (bem como as minorias religiosas) via o assunto à luz do Cristianismo. Em determinadas ocasiões o Estado usa-se dessa representatividade social e noutras ocasiões simplesmente a ignora.

Sabemos que são três assuntos delicados. Sabemos que como Estado laico não pode agir conforme a religião A ou B. Contudo, o Estado deve agir na prossecução do bem-estar geral dos seus cidadãos e deve ouvi-los, conhecendo as suas convicções morais e éticas. A aprovação destas três leis assenta num atentado aos princípios cristãos, os quais movem a esmagadora maioria dos cidadãos portugueses. Avaliar estas questões previamente à votação na Assembleia da República seria imperioso. Não se trata de perguntar aos cidadãos se querem pagar mais ou menos impostos, uma vez que a resposta, para além de óbvia, não pode ser referendada (artigo 115.º, n.º 4, al b), da CRP); trata-se sim de respeitar os princípios que estão na génese das igrejas e comunidades religiosas, bem como dos indivíduos que nelas congregam. Desta forma, não pedimos que o Governo legisle de acordo com o fundamento de fé da maioria dos portugueses, mas sim que, antes do debate de questões que possam colidir com princípios cristãos, defendidos pela esmagadora maioria dos cidadãos, escute as várias igrejas e comunidades e que reflecta sobre o impacto que tais medidas terão.

CONCLUSÕES

1. O pluralismo religioso em Portugal, em crescimento contínuo, determina que o Estado esteja atento à protecção de todas as religiões em igualdade. O fenómeno religioso tem apresentado sinais positivos de crescimento, sobretudo visível nas minorias religiosas.
2. Portugal tem um fraco nível de diversidade religiosa, uma vez que a esmagadora maioria da população se designa como sendo católica, facto que se deve à pouca informação que a sociedade portuguesa possui da realidade das minorias religiosas.
3. A religião Católica é a que tem maior representatividade em Portugal. Segundo os dados dos Censos de 2011, 7.281.887 da população residente em Portugal, com 15 anos ou mais, declarou ser católica.
4. A grande representatividade social da Igreja Católica não determina que Portugal é, oficialmente, um país católico. O Estado português é laico, não adoptando, desta forma, religião alguma.
5. A LLR é omissa quanto ao conceito de religião, o que pode dificultar o reconhecimento das novas comunidades religiosas.
6. Definimos religião como o conjunto de práticas, levadas a cabo por uma comunidade com um sentido de fé idêntico, que liga o homem ao Divino, numa atitude de reverência.
7. Portugal é um Estado laico, mas a sociedade portuguesa não o é. Ao Estado compete agir de forma neutra em relação à religião, o que não implica que tenha de ser agnóstico ou ateu. A sociedade em si mesma é constituída por cidadãos com diversas crenças, pertencentes a várias igrejas e comunidades, e por cidadãos agnósticos ou ateus. Desta forma, cabe ao Estado gerir as diferenças, colocando-as ao mesmo nível, ou seja, respeitando a liberdade religiosa de cada um.
8. O artigo 41.º da CRP distingue entre três importantes direitos, conquanto ligados entre si: a liberdade de consciência, a liberdade de religião e a liberdade de culto. Regula ainda o direito à objecção de consciência por motivos religiosos.
9. O Estado português, nos termos do artigo 41.º da CRP, e para efeitos do artigo 4.º da LLR, é um Estado não confessional, o que se traduz numa separação total do Estado e das igrejas e comunidades religiosas. Em nome do princípio da igualdade não adopta ou reconhece uma religião oficial.

10. A relação do Estado/Igreja tem na sua base dois princípios marcantes, o princípio da separação e o princípio da cooperação, tornando o Estado português num estado laico que respeita a liberdade religiosa dos crentes.

11. O princípio concordatário da cooperação entre o Estado e a Igreja, o qual consta igualmente da LLR (artigo 5.º) não é mais do que uma relação de cooperação entre os dois sujeitos internacionais. Esta cooperação, que o Estado deve valorizar, não se coaduna numa violação ao princípio da igualdade. O Estado deve promover um bom relacionamento com todas as religiões, pois todas são compostas por cidadãos iguais entre si, necessitando de tratamento jurídico equitativo. Não podemos concordar com o legislador quando assenta a representatividade social como requisito base para a aplicação do princípio da cooperação, uma vez que o Estado está impedido de agir de acordo com preferências religiosas maioritárias.

10. A separação Estado/Igreja vincula os dois sujeitos. Uma vez que o Estado se compromete a não interferir de algum modo na vida das igrejas e comunidades religiosas, estas têm o mesmo dever. Porventura, tal por vezes não sucede com alguns membros religiosos, nomeadamente católicos. É recorrente a oferta de conselhos, ainda que sem carácter vinculativo, por parte dos membros do Clero em relação à actualidade política. “Dai a César o que é de César, dai a Deus o que é de Deus”, disse Jesus. Da mesma maneira que o poder político não deve interferir com o poder espiritual, o contrário não deve ter lugar.

11. A presença da autoridade pública (Chefes de Estado e Membros do Governo) em eventos religiosos não se consubstancia numa violação à essência não confessional do Estado. Consideramos que por detrás de um membro do Governo ou de um Chefe de Estado, está um indivíduo, que pode optar por confessar uma religião ou não. A sua presença oficial em eventos de cariz religioso não pode ser afectada pelas suas convicções morais e religiosas, devendo ser efectuada com toda a neutralidade exigível. Todavia, sublinhamos que muitas vezes as presenças oficiais são efectuadas somente tendo em consideração a representatividade social da igreja. Não podemos acordar com esta situação de clara indiferença para com as demais igrejas e comunidades religiosas.

12. Portugal e a Igreja Católica têm um longo caminho histórico de união, verdade que não pode ser ignorada. Desta forma, e tendo por base a laicidade do Estado, não podemos afirmar que a existência de uma Concordata entre Portugal e a Santa Sé se consubstancie numa violação ao princípio da igualdade. O que releva, para os vários ordenamentos jurídicos, é o conteúdo da lei, e não a sua forma.

13. A LLR, Lei n.º 16/2001, revoga a Lei n.º 4/71, consagra seis princípios fundamentais (a liberdade de consciência, de religião e de culto, princípio da igualdade, princípio da separação

Estado /Igreja, princípio da não confessionalidade do Estado, princípio da cooperação e princípio da tolerância) e um vasto leque de direitos individuais, estes aplicados sem excepção aos fiéis católicos.

14. Por força dos DL n.º 251/2009, n.º 252/2009 2 n.º 253/2009 o direito à assistência religiosa e espiritual é alargado às igrejas e comunidades religiosas não católicas.

15. A penalização da discriminação religiosa carece de enquadramento legislativo até à data.

16. A CLR, órgão administrativo independente de consulta da Assembleia da República e do Governo, tem como função a investigação e o tratamento de matéria religiosa, bem como a emissão de pareceres que tenham que ver com a LLR.

17. A LLR tem uma grave lacuna quanto à competência da CLR para receber, ou não, queixas de alegada discriminação religiosa, a qual urge solucionar.

18. A composição da CLR tem por base a representatividade das religiões em Portugal, o que se torna numa discriminação para com as minorias religiosas. Igualmente discriminatório é o assento permanente garantido a dois membros da CEP, numa atitude de favorecimento da Igreja Católica.

19. A CTECF, comissão que regula a atribuição e distribuição do tempo de emissão disponibilizados às confissões, admite somente as igrejas e comunidades religiosas radicadas em Portugal há mais de trinta anos, ou no estrangeiro há mais de sessenta. A atribuição do tempo de emissão tem que ver, a par da CLR, com a representatividade das igrejas e comunidades, facto que se traduz numa atitude discriminatória, por violação do princípio da igualdade. As igrejas e comunidades religiosas radicadas em Portugal são iguais entre si e não merecem, por isso, um tratamento desigual.

20. Olhamos para as seitas religiosas como uma sociedade religiosa, constituída por um líder carismático que se julga legitimamente enviado por Deus ao Mundo, em missão, e membros voluntários e passivos, pautada por um exclusivismo elitista e por um determinado desprezo ao mundo que a rodeia.

21. Consideramos que uma minoria religiosa (cristã) corresponde a uma igreja ou comunidade religiosa de proporções mais reduzidas, quanto ao número de fiéis que nela congregam, dirigida por um líder que encaminha todas as adorações para Deus, aberta ao evangelismo e à conversão pessoal de todos os indivíduos, de forma livre e pacífica, sem recurso a fundamentalismos radicais.

22. A AEP, associação que congrega e representa a maioria das igrejas evangélicas portuguesas, tem lutado desde a sua fundação, em 1921, pela liberdade religiosa, tendo conquistado, desde finais do século XX, importantes glórias em matéria de isenção fiscal, de formação de Religião e Moral Evangélica nas escolas públicas e de tempo de emissão de programas num canal público. Tem como missão salvaguardar os direitos, liberdades e garantias dos seus membros, representar a comunidade perante o Estado e promover a mensagem evangélica.

23. A AEP segue a doutrina protestante pentecostal, de acordo com a sua Declaração de Fé, apresentada em anexo.

24. No geral, as minorias religiosas estão bastante satisfeitas com a liberdade religiosa que se faz sentir em Portugal. Apenas as comunidades há menos de trinta anos no país sentem que existe uma certa indiferença por parte do Estado.

25. A LLR carece de divulgação na sociedade portuguesa, incluindo igrejas e comunidades religiosas

26. Há, ainda, um preconceito generalizado das populações mais velhas, e dos jovens que cresceram sem confessar uma religião, contra as minorias religiosas. A par disto, o laicismo na sociedade portuguesa tem vindo a aumentar, traduzindo-se numa ocultação sobre a fé professada por parte de alguns fiéis.

27. Não há lugar de destaque para o debate público sobre o fenómeno religioso, e o espaço ainda se torna mais estreito quando falamos de minorias religiosas.

28. Há pouco interesse da comunicação social em relação às minorias religiosas, o que fomenta uma total ignorância da sociedade sobre a realidade das confissões não católicas.

29. A pouca diversidade religiosa e divulgação das diferenças religiosas impedem o diálogo inter-religioso. Cabe aos membros do Clero e Pastores o apelo aos fiéis para que se conheçam entre si. As religiões não podem ser vistas como inimigas, nem os seus membros tidos como pessoas sem interesse para a sociedade. As religiões com base no Cristianismo caminham no mesmo sentido, pelo que não devem ser vistas como alvos a abater.

30. Na elaboração deste trabalho notámos que o fenómeno religioso minoritário não tem sido devidamente estudado. Há um diminuto interesse académico pelo tema, a par de uma larga insuficiência de documentação atinente ao fenómeno religioso minoritário. Estatisticamente, realçamos os dados dos Censos (2011) e do estudo da CEP (2011), as únicas fontes de dados estatísticos que nos permitem avaliar com rigor a evolução da religião em Portugal.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

Monografias

- BÍBLIA. Português. *Bíblia de Estudo Pentecostal*. Tradução por João Ferreira de Almeida. Flórida, Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1995.
- BACELAR GOUVEIA, Jorge, “Manual de Direito Constitucional”, Vol. I, Coimbra, Almedina, 2005.
- BACELAR GOUVEIA, Jorge, “Religião e Estado de Direito – uma visão panorâmica” in AA/VV, *Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco*, Vol. II, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006.
- BACELAR GOUVEIA, Jorge, *Direito, Religião e Sociedade no Estado Constitucional*, Lisboa, IDILP, 2012.
- BORGES, Anselmo, *Religião e Diálogo Inter-Religioso*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.or
- GOMES CANOTILHO, J.J., MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa anotada*, 3.ª ed.. Coimbra, 1993, pp. 242 e ss.
- MACHADO, Jónatas, *Liberdade religiosa numa comunidade constitucional inclusiva. Dos direitos da verdade aos direitos dos cidadãos*, Studia Iuridica – 18, Coimbra, Coimbra Editora, 1996.
- RAIMUNDO, Miguel Assis, “Direito Administrativo da Religião” in *Tratado de Direito Administrativo Especial* (coord. Paulo Otero e Pedro Gonçalves), Vol. VI, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 223 e ss.
- VILAÇA, Helena, *Da Torre de Babel às Terras Prometidas – Pluralismo Religioso em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 2006.
- WILSON, Bryan Ronald, *Religious Sects: A Sociological Study*, New York, McGraw-Hill, 1970.

Artigos de Publicação em Série

- FOLQUE, André, “Portugal a caminho da liberdade religiosa”, *Forum Canonicum*, IV, (1-2), 2009, pp 271 e ss.
- MACHADO, Jónatas, “Minorias religiosas, liberdade de culto e propriedade horizontal. Anotação ao acórdão do STA (1.ª Secção) de 23.10.2002, P.1102/02”, *Cadernos de Justiça Administrativa*, 42, 2003, pp. 35 a 50.
- MACHADO, Fernando Luís, *Relatório Nacional n.º2 de 2012 – Discriminação baseada na religião ou crença*, 2012.
- MACHADO, Jónatas, “A construção e a utilização de locais para o culto: a perspectiva das confissões religiosas minoritárias”, *Revista do Ministério Público*, (69), 1997, pp. 119 e ss.
- MATOS, Luís Salgado de, “Análise crítica do livro de Clara Mafra”, *Na posse da Palavra. Religião, Conversão e Liberdade Pessoal em Dois Contextos Nacionais*, Lisboa, ICS, 2002; *Análise Social*, n.º165, Vol. XXXVII, Inverno de 2003, pp. 1324 a 1328.
- PEDROSO, Pedro Maria, “Os acordos entre o Estado e as confissões religiosas”, in AA/VV, *Liberdade Religiosa – Realidade e Perspectivas* (actas das V Jornadas de Direito Canónico), Lisboa, Universidade Católica Editora. 1998, pp. 73 e ss.
- RODRIGUES, Donizete, “Novos movimentos religiosos: Realidade e perspectiva sociológica”, in *Revista Antropológicas*, 2008, Ano 12, Vol. 19 (1), pp. 17 a 42.
- SOARES, Pedro, SANTOS, Tiago, TOMÁS, Isabel, *A Discriminação Religiosa na Perspectiva das Confissões Minoritárias*, Lisboa, Comissão da Liberdade Religiosa, 2011.
- TEIXEIRA, Alfredo, *Identidades Religiosas em Portugal: Representações, Valores e Práticas – 2011 (resumo)*, Lisboa, Universidade Católica, 2012.
- VILAÇA, Helena, Notas de pesquisa para o estudo dos grupos religiosos minoritários em Portugal. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, 1997, 7, pp. 31 a 51.

Documentos Legislativos e Oficiais

- Declaração Universal dos Direitos do Homem
- Constituição da República Portuguesa

- Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho (Lei da Liberdade Religiosa)
- Decreto-Lei n.º 308/2003, de 10 de Dezembro (Comissão da Liberdade Religiosa)
- Decreto-Lei n.º 251/2009, de 23 de Setembro (Assistência religiosa nas Forças Armadas e nas forças de segurança)
- Decreto-Lei n.º 252/2009, de 23 de Setembro (Assistência religiosa nos Estabelecimentos Prisionais)
- Decreto-Lei n.º 253/2009, de 23 de Setembro (Assistência religiosa nos hospitais e outros estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde)
- Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 1940
- Protocolo Adicional de 1975 à Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 7 de Maio de 1940
- Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 2004
- Estatutos da Aliança Evangélica Portuguesa

Internet

- <http://www.aliancaevangelica.pt>
- <http://www.ecclesia.pt>
- <http://www.desafiojovem.com>
- <http://www.desafiomiqueias.com>
- <http://irmaos.net>

ANEXO I

Declaração de Fé da Aliança Evangélica Portuguesa¹³¹

1. cremos na existência de um único Deus eterno, pessoal, inteligente e espiritual, eternamente existente em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo.
2. cremos na soberania e sabedoria de Deus na criação e sustento do Universo, na providência, na revelação e na redenção.
3. cremos no Senhor Jesus Cristo como Filho Unigénito de Deus e coexistente com o Pai, na Sua encarnação humana, no Seu nascimento virginal, na Sua vida sem pecado, nos seus milagres divinos, no Seu sacrifício redentor, na Sua ressurreição e ascensão corporal, na Sua mediação junto de Deus, na Sua segunda vinda pessoal, visível e em poder e glória.
4. cremos no Espírito Santo, sua personalidade, divindade e actividade, que opera a conversão e regeneração do pecador e lhe concede poder para testemunhar do Evangelho e exercitar dons.
5. cremos na inspiração divina e total das Escrituras Sagradas, na Sua suprema autoridade como única e suficiente regra em matéria de fé e de conduta e que não existe qualquer erro ou engano em tudo o que ela declara.
6. cremos que o homem foi criado por Deus à Sua imagem, que pecou em Adão, que caiu do seu primitivo estado de santidade por transgressão voluntária e que é actualmente um pecador por natureza e escolha, estando, por isso, sob a condenação de Deus.
7. cremos na salvação e justificação do pecador pelo sacrifício expiatório de Jesus Cristo, que se adquire pela fé Nele, como uma graça de Deus, independente do mérito humano, de boas obras ou de cerimónias.
8. cremos na imortalidade da alma, na ressurreição corporal de todos os mortos, no juízo final do mundo pelo Senhor Jesus Cristo, na eterna condenação dos não crentes.
9. cremos que a igreja é o corpo universal e espiritual de Cristo, cuja cabeça é Ele, com a missão de pregar o Evangelho no mundo inteiro e que, na sua expressão local, ela é um corpo vivo, uma comunhão de crentes congregados para a sua edificação, adoração e proclamação do evangelho. cremos também que Cristo conferiu à sua Igreja, com carácter de permanência, duas ordenanças: o Baptismo e a Ceia do Senhor.

¹³¹ Declaração de Fé retirada de Aliança Evangélica Portuguesa. Disponível em:

<http://www.aliancaevangelica.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=81&Itemid=482>. Acesso em 30 de Junho de 2013.

10. Cremos que é dever de todas as igrejas locais e de cada crente em particular esforçarem-se por fazer discípulos em todas as nações e proclamarem a toda a criatura a grande salvação de Deus.

11. Cremos que é dever de todo o cristão servir a Deus em boa mordomia, promover a paz entre todos os homens e a cooperação entre as igrejas e os irmãos, tendo em vista a concretização dos grandes objectivos do Reino de Deus.